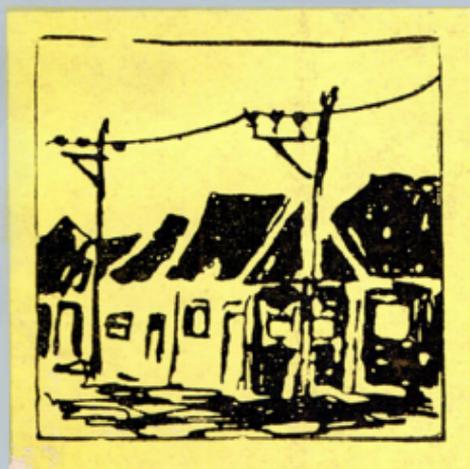


*série* PAULINO DE BRITO

francisco gomes da silva

# ITACOATIARA. ROTEIRO DE UMA CIDADE



Incorpora-se às Edições "Governo do Estado do Amazonas" a série **Paulino de Brito**, que se inaugura com este livro de autoria do jovem Francisco Gomes da Silva. Esta é a série que agasalhará os trabalhos dos estreantes no campo da divulgação cultural.

Paulino de Almeida Brito, que dá o seu nome à presente série, nasceu na então Província do Amazonas, em 1859, a 9 de abril, sendo filho de Paulino de Brito e de D. Ricarda de Almeida Brito. Seu nascimento ocorreu em Manaus e, em 1919 faleceu em Belém do Pará com a idade, portanto, de sessenta anos. Foi um homem de cultura, poeta, gramático e orador, dono de um talento extraordinário, tendo deixado publicadas as seguintes obras: "**O homem das serenatas**", romance, com que estreou na literatura romântica; "**Contos amazônicos**", poesias, editada em Belém em 1900; "**Noites em claro**", editada no Pará em 1888; "**Por causa de uma loucura**", outro romance; "**Gramática Primária**", editada em 1899, em Belém e que foi mandada adotar nas escolas da instrução pública do Estado do Pará; e "**Contos...**". Em colaboração com Esmeralda Cervantes redigiu, também no Pará, em 1899, a revista "**O anjo do lar**".

Paulino de Brito tornou-se famoso com o seu livro "**O problema da colocação dos pronomes**", em consequência de uma polémica com Cândido de Figueredo, originada da frase "**um soneto pediste-me, criança**", que o segundo corrigiu para "**um soneto me pediste, criança**". Cândido de Figueredo inspirava-se, assim, nos clássicos portugueses e na pronúncia de Portugal, enquanto que o patrono desta série sustentava o uso daquelas variações pronominais de acordo com o sabor nosso, brasileiro.

Paulino de Brito formou-se em Direito pela Faculdade do Recife e exerceu o magistério público na Capital paraense, como professor da Escola Normal. Foi membro da Academia Paraense de Letras e professor interino de Estética da Música, do Conservatório "Carlos Gomes", em Belém.

Este livro que agora editamos, conta a história de um município e a vida de uma cidade que é a sua sede e, como tal, o centro de suas atividades dinâmicas. Esse município e essa cidade são Itacoatiara, a Velha Serpa, banhada pelo Médio Amazonas.





**ITACOATIARA. ROTEIRO DE  
UMA CIDADE**

série PAULINO DE BRITO

*volume I*

FRANCISCO GOMES DA SILVA

# ITACOATIARA. ROTEIRO DE UMA CIDADE

*prefácio de*

*Arthur César Ferreira Reis*

EDIÇÕES GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS

Manaus

*Ilustração*  
*de*  
**AFRÂNIO DE CASTRO**

1 9 6 5

---

Impresso nos Estados Unidos do Brasil  
*Printed in the United States of Brazil*

*A primeira edição de um livro  
não passa de uma cópia em limpo.*

**Alexandre Herculano** —

Cartas II, página 78.



*Aos meus pais, modelos de caráter puro e de sinceras virtudes, — como testemunho da minha gratidão pelos ensinamentos recebidos, — ofereço o presente trabalho.*

*À memória de minha avó Maria Ferreira de Arruda, cuja existência foi um Rosário abnegado de religiosidade e de amor cristãos; imagem sempre lembrada quanto querida, a saudade do*

N E T O



Ao Governador, historiógrafo, amazonólogo e sociólogo amazonense **ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS**, autêntico campeão da causa da Integração da Amazônia à Pátria Brasileira, a homenagem sincera de um

*OBUMBRADO ESTUDANTE  
ITACOATIARENSE.*

Aos distintos mestres do Ginásio "Dep. Antonio Vital de Mendonça" que com seus ensinamentos e com suas prédicas, auxiliam a mocidade de minha terra a sair das raias do malfadado analfabetismo, tornando-a moças e rapazes de um novo amanhã, o incentivo e admiração do

*AUTOR*

Para Adson Costa Silva, Dalva Maria Costa Silva, Deusa Maria Costa Silva, Alarico Filho e Adalberto Costa Silva, descendentes de um casal amigo **ALARICO-DULCE**, uma prova da minha sincera amizade.

*FRANCISCO GOMES DA SILVA*



# *índice*

<i>PREFÁCIO</i> . . . . .	15
<b>CAPÍTULO I</b>	
Cemitério Indígena. Primitivos Habitantes da Cidade	19
<b>CAPÍTULO II</b>	
Antecedendo à História . . . . .	25
<b>CAPÍTULO III</b>	
Origem e Fundação . . . . .	31
<b>CAPÍTULO IV</b>	
A Vila de Serpa . . . . .	39
<b>CAPÍTULO V</b>	
A Cidade e a Origem Nominal . . . . .	49
<b>CAPÍTULO VI</b>	
O Termo e a Comarca . . . . .	55
<b>CAPÍTULO VII</b>	
A Cabanagem . . . . .	61
<b>CAPÍTULO VIII</b>	
Invasão da Vila . . . . .	67
<b>CAPÍTULO IX</b>	
Batalha Naval . . . . .	73
<b>CAPÍTULO X</b>	
Cronologia dos Prefeitos de Itacoatiara . . . . .	83

	<b>CAPÍTULO XI</b>	
Movimento Religioso . . . . .		89
	<b>CAPÍTULO XII</b>	
Área, População e Limites . . . . .		95
	<b>CAPÍTULO XIII</b>	
Rêde Hidrográfica . . . . .		101
	<b>CAPÍTULO XIV</b>	
Agricultura e Pecuária . . . . .		113
	<b>CAPÍTULO XV</b>	
Comércio, Indústria, Pôrto e Bancos . . . . .		119
	<b>CAPÍTULO XVI</b>	
Meios de Transporte e Comunicação . . . . .		125
	<b>CAPÍTULO XVII</b>	
AM-1 : A Pioneira . . . . .		131
	<b>CAPÍTULO XVIII</b>	
Ensino — Aspectos Culturais — Esportes . . . . .		137
	<b>CAPÍTULO XIX</b>	
Ginásio Comercial . . . . .		143
	<b>CAPÍTULO XX</b>	
Grêmio Estudantil do Ginásio . . . . .		151
	<b>CAPÍTULO XXI</b>	
A Sede Municipal . . . . .		157
	<b>CAPÍTULO XXII</b>	
São José do Amatari . . . . .		165

# *prefácio*

*Ê*STE É UM PEQUENO LIVRO de um moço que estréia nas letras regionais com uma vitalidade que precisa ser assistida e louvada. Não busquem os que o lerem, nestas páginas, um historiador ou um ensaista cheio de maturidade, vendo o passado no que éle possui de maior por fatos, homens e datas, e dêles indicando o fundamental das raízes da terra e de sociedade que nela se venha realizando. O que é preciso encontrar aqui é o esforço admirável de um menino que, ao invés de lançar-se às aventuras naturais da idade (19 anos), preocupa-se com a lição de ontem, ama sua gente, orgulha-se dela, serve-a desde agora e com um ímpeto, com uma grandeza a que ninguém pode ficar indiferente.

Admirável, confesso, nesse particular, o que estou descobrindo no Amazonas, — energias adormecidas, inteligências ignoradas, mocidade estuante do desejo de multiplicar-se realizando-se pela ação criadora do espírito.

É o caso do jovem Francisco Gomes da Silva com a sua tentativa de compreensão histórica, do papel da Velha Serpa na vida do Amazonas. Com os carinhos, a devoção de filho amantíssimo, percorreu os dois séculos da vivência de Itacoatiara para lembrá-los com a paixão que o envolveu e o fêz, de menino, escritor que principia. É de registrar e insistir que se trata de produção em flôr, de quem podia estar entregue às distrações que a idade explica, mas preferiu pensar

*em termos de maturidade, senão envelhecendo cedo, pelo menos assumindo uma atitude que o revela num caminho diferente e numa compreensão cívica de suas obrigações para com a coletividade, a que se dispôs servir com tanta decisão e tanta dignidade.*

*A história de Itacoatiara, evidentemente, como núcleo municipal, não está aqui em toda sua plenitude, mas em flagrantes, em aspectos, em momentos significativos. O jovem autor não enfrentou os arquivos para deles extrair o documentário que lhe permitiria a obra densa, farta, rica de episódios e de lições. Sua intenção, plenamente alcançada, foi muito menos ousada. Seu livro, por isso mesmo, é apenas um livro que amanhã alcançará, ampliado, a grande categoria de ensaio biográfico da cidade onde nasceu. Na humildade que o distingue, é já uma vitória.*

*O Governo do Estado, ao editar "Itacoatiara. Roteiro de uma cidade", na nova série que inaugura e visa proporcionar oportunidade aos que despontam, alentando-os e revelando-os, serviu a êsse ideal, na execução do qual pretende assegurar condições às gerações amazonenses que se lançam à aventura do espírito.*

Manaus, setembro de 1965.

ARTHUR CÉZAR FERREIRA REIS

## Capítulo I



## Cemitério Indígena. Primitivos Habitantes da Cidade

O SÁBIO J. BARBOSA RODRIGUES, no livro "Antiguidades do Amazonas", longo estudo onde o famoso etnógrafo se ocupa das descobertas seculares, consagrando-lhe páginas de vivo fulgor e erudição, fala clara e minuciosamente do cemitério indígena localizado no lado esquerdo do rio Amazonas, definindo-o como "uma verdadeira relíquia de Itacoatiara", mercê da vetustez de sua existência e dos "documentos preciosos que encerra para a Arqueologia e para a Etnografia".

A necrópole indígena, que o sábio visitou, estudando suas riquezas para depois dedicar-lhes tantas linhas de raro esplendor, situa-se um pouco acima da cidade de Itacoatiara, em terreno de média elevação, ocupando a imensa área de quase um quilômetro de extensão.

A violência da correnteza do Amazonas escava todos os anos as terras da necrópole, por ocasião das cheias, provocando, assim, grandes desmoronamentos, deixando à mostra verdadeiro, "suntuoso e admirável tesouro" que, caindo nas profundezas fluviais, é arrastado pelas barrentas águas, desaparecendo.

O cemitério dos índios, onde, sob suas terras, se escondem verdadeiras relíquias, assenta-se na ilha do Matapi, hoje

costa de Miracanguera e, segundo relatos de uns, "teria começado na éra Pré-Colombiana e durou até o século XVII". Deve ter sido fundado pelo povo Aroaqui, "que se espalhou numa grande onda humana até as Antilhas".

A tribo foi dividida mais tarde pela nação inimiga dos índios Pariquis e Anibais, com os quais sempre estavam em guerra no rio Jatapu e Anibá, imediações do rio Urubu.

A queda dos barrancos, os desprendimentos das barreiras, causa da forte influência das águas do grande rio sôbre as margens, faz deixar a descoberto o admirável e valioso tesouro arqueológico que ali se oculta, sob camadas de pedras.

Apreciando a civilização dos índios Aroaquis, prováveis habitantes de Miracanguera, o arqueólogo Bernardo de Azevedo da Silva Ramos diz que "estão a comprovar o seu grande desenvolvimento o modo porque a argila era por êle escolhida, preparada e cozida, a excelente preparação das tintas que empregava na pintura dos seus vasos, as formas corretas e elegantes que dava aos mesmos, as gravuras e baixo-relêvos que êle empregava e a harmonia e inteligente disposição das linhas de seus desenhos".

Quanto aos índios Aroaquis, há notícias de que o padre Antonio Vieira, o pacificador dos índios do Maranhão, havia criado uma missão dêles numa das ilhas próximas da cidade de Itacoatiara, a de Aibi, provavelmente. "Nela estêve, em outro tempo, fundada uma grande e populosa aldeia, administrada pelos religiosos Mercedários, e se extinguiu, fugindo os índios seus habitantes, depois de tirarem a vida ao seu Missionário, o padre João das Neves, animados de um espírito de rebelião e a impulsos de sua natural inconstância na firmeza de sua piedade", diz Anísio Jobim.

Os primeiros índios habitantes de Itacoatiara, no dizer de Araújo e Amazonas, foram os Juris, os Abacaxis, os Anicorés, os Aponariás, os Cumaxiás, os Barés, os Jumas, os Juquis, os Pariquis e os Torás.

Os Pariquis desciam as águas do Uatumã; os Anicorés eram descendentes da Mundurucânia, da tribo dos Maués; os Torás, aliados dos Muras, viviam em constantes correrias e de pilhagens. Estes possuíam o hábito perverso de enterrar as criancinhas que ficavam órfãs.

Refere Anísio Jobim que o viandante antigo Silva Coutinho, quando andava pela região do Madeira, lá pelos idos de 1861, encontrou restos da tribo dos Torás, quase civilizada, vivendo da ocupação e tratamento de roçados e vendendo farinha aos regatões que subiam e desciam o grande rio.

### **BIBLIOGRAFIA DÊSTE CAPÍTULO :**

- ANÍSIO JOBIM — Itacoatiara — Aspectos Social, Político, Geográfico e Descritivo.



## Capítulo II



## Antecedendo à História

**A** VIAGEM DO BANDEIRANTE português Pedro Teixeira, subindo, em 1636, o rio Amazonas, revelou-se para a História como uma demonstração da mentalidade imperialista do povo lusitano, pois se encontrava a região em pleno domínio espanhol. A tomada de posse da majestosa área às margens do Napo, à entrada do Rio do Ouro, que já estava previamente estabelecida no documento que Teixeira recebeu de Lisboa, com recomendações de só abri-lo quando ultrapassada a região dos Omáguas, e fundar a povoação de Franciscana para marcar os limites entre as duas poderosas monarquias de Portugal e Espanha, demonstrara que a política de além-mar da gente lusa precedia-se e contrapunha-se ao expansionismo avassalador de Castela. As pretensões e as investidas dos espanhóis vindos das ribas orientais dos Andes, tendo à frente o ambicioso e corajoso padre Samuel Fritz, teriam, não fôsse a pronta e enérgica intervenção de Portugal, dominado grande porção territorial do atual Estado do Amazonas.

Partindo de Belém do Grão-Pará, encabeçando numerosa tropa, Pedro Teixeira dirigiu-se a Cametá, onde a expedição recebeu os últimos preparativos. Eram mais de mil homens, entre oficiais, práticos, guias, religiosos, índios flecheiros e escravos. Dela tomavam parte, inclusive o coronel brasileiro Bento de Oliveira, que vinha em substituição ao mestre de campo Antonio Azambuja, que não quis seguir,

o sargento-mór Filipe de Barros Cotrim, os capitães de infantaria Pedro da Costa Favela e Pedro de Abreu, o sertanista Bento da Costa, o padre Agostinho das Chagas e o capitão Frei Domingos de Brieva.

Deslocando-se penosamente sôbre o imenso rio de águas pardacento-esverdeadas cercado de exuberantes florestas, as quarenta e cinco canoas grandes, em que vinham acomodados os expedicionários, fizeram parada numa ilha larga e extensa, a que o capitão denominou de Ilha da Areia, por ter comprida praia, onde demoraram bastante tempo. Aí, o chefe da bandeira pôde notar o desânimo daquela gente e a fuga de muitos índios remeiros.

A 24 de junho de 1638 chegavam à primeira povoação castelhana, da jurisdição de Quito — Paiamino — e um pouco mais tarde aportavam à capital equatoriana, onde foram carinhosamente recebidos, com aclamações pelo povo e pela nobreza. À noite a recepção assumiu caráter festoso e intenso. Carinhosa homenagem lhes fôra prestada pela Câmara e Real Audiência.

Assim, a perigosíssima tarefa de penetração efetiva fôra levada a cabo, embora a custo, seguida da posse de grande área que ia até o Marañon para Sua Majestade o Rei de Portugal. Cumprindo instruções de seu regimento, Pedro Teixeira fundou a povoação de Franciscana, que ia servir de baliza aos domínios das duas coroas.

A cerimônia da inauguração foi breve. O capitão declarou solenemente que de acôrdo com determinações da Metrôpole, tomava posse daquelas terras em nome de Filipe IV para o reino lusitano. E jogou para o ar um punhado de areia, repetindo os mesmos dizeres, e fêz lavrar uma ata que foi por todos assinada. Depois regressou ao Pará.

Comentando o extraordinário feito de Pedro Teixeira, o professor Arthur Cezar Ferreira Reis, sem dúvida alguma tido como o maior expoente vivo da história da Amazônia, assim se refere: "O ato solene do estabelecimento do po-

voado de Franciscana, assistido pelos espanhóis que acompanhavam Pedro Teixeira no seu regresso a Belém, tinha uma importância espetacular. Em nenhum outro sítio das duas monarquias na Sul-América os homens das duas nacionalidades haveriam assinalado tão suavemente e tão inconfundivelmente os extremos de sua pátria, como naquele pedaço silvático da Amazónia".

Mais de um século fôra transcorrido da penetração da bandeira, e em 1750 entraram em cena os negociadores do pacto de fronteiras que objetivava fixar oficialmente na Amazónia as raias das Soberanias de Sua Majestade Católica de Espanha e Sua Majestade Fidelíssima de Portugal. Nesse ano foi celebrado na capital espanhola o contrato de limites entre as duas coroas e que, ao ser ratificado, recebeu o nome de "Tratado de Madri".

Para cumprir as normas do documento firmado pelos representantes de ambas as nações, os dois governos tiveram que nomear as autoridades encarregadas de delimitar as fronteiras. O mandatário de Lisboa indicou o Capitão-General Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador das Capitanias reunidas do Pará e Maranhão, e irmão do Primeiro-Ministro Sebastião José de Carvalho e Melo, Conde de Oeiras e depois Marquês de Pombal, da Real Marinha Lusitana, para chefiar as Partidas de Demarcação do Norte.

Mendonça Furtado, já investido nas suas novas funções, chegou a Mariuá no dia 28 de dezembro de 1754, com o fim de aguardar a chegada do dirigente da Comissão de Demarcação Espanhola, D. José de Iturriaga, que possivelmente viria pelo rio Orenoco, quando entabulariam conversações os dois diplomatas.

Nessa espera, o mandatário de Belém demorou cerca de um ano em Mariuá e, como a chegada do ministro castelhano não se efetuasse nesse período de tempo, regressou à capital paraense.

Pouco tempo depois, em 1758, o representante lusitano voltava ao rio Negro para tentar outra vez avistar-se com D. Iturriaga, ali chegando no dia 4 de maio. Nos dois dias subsequentes elevou Mariuá à condição de vila, com a denominação de Barcelos e, dias depois, prescreveu os limites do novo município no lado oriental com o Pará, e ao sul com a Capitania de Mato Grosso. No ato da instalação da vila nomeou as principais autoridades à Câmara Municipal, o Governador da Capitania do Alto Rio Negro, o escrivão e demais outras autoridades encarregadas de fazer cumprir a ordem do Rei, tomando em seguida outras providências, inclusive ocupou São Gabriel até a fronteira de Cucuí e elevou à categoria de povoado os lugares Moura e Bararóá.

Nessa subida, antes de alcançar Mariuá, o Governador Mendonça Furtado, introduzindo-se no rio Madeira, visitou a vila de Trocano, mudando-lhe a denominação para Borba, a Nova. Daí, seguiu para a aldeia de Abacaxis, onde pela primeira vez entrou em contacto com os primitivos bugres habitantes de Itacoatiara.

### **BIBLIOGRAFIA DÊSTE CAPÍTULO :**

- ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS — Limites e Demarcações da Amazônia Brasileira.
- ANÍSIO JOBIM — Amazonas — Sua História.
- Enciclopédia dos Municípios Brasileiros — Volume I — I. B. G. E.
- LEANDRO TOCANTINS — Formação Histórico do Acre — Volume I.
- Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas — Ano VII — 1948.



## Capítulo III



## Origem e Fundação

O DESENVOLVIMENTO pròpriamente dito do território amazonense começou sòmente depois da tão decantada e difundida viagem do bandeirante Pedro Teixeira que, subindo o Amazonas, em 1638, assentou às margens do Napo o marco português.

O devassamento do território que hoje compreende o Estado do Amazonas teve, primeiramente, como principal objetivo a cata do ouro, sempre infrutífera, da "droga do sertão" (cacau, baunilha, canela e cravo) e a caça ao indígena.

Entretanto, depois, os Missionários iniciaram a sua dignificante obra de catequizar o nativo, varando a selva bruta e criando missões. Nessa árdua quanto nobre tarefa coube aos religiosos Jesuítas a região compreendida pelo rio Madeira e seus afluentes.

Não descansavam os sacerdotes na sua ação construtiva. À exceção de algumas instituições lançadas no Baixo Amazonas, construíram uma missão na foz do rio Maturá, pequeníssimo e sem importância afluente do Madeira, tendo à frente Frei Ferreira João Sampaio. Foi o primeiro núcleo de povoamento organizado em território hoje compreendido pelo Município de Itacoatiara.

A região, como fôsse habitada pelos terríveis índios Muras, não deu permissão para que a aldeia recém-criada

florescesse, porque os ferozes silvícolas, impelidos por sanguinário instinto, investiram contra o povoado, atacando-o sucessivas vêzes, forçando, por fim, a retirada dos seus habitantes para o Canumã, ainda no imenso rio, onde se instalaram. Porém, nem bem chegaram a erguer fortificações, e eis que lhes vão ao encontro os ferozes Muras, obrigando-os à nova arribada, desta vez para o rio Abacaxis, onde também não foram felizes, porque os selvagens seguiram-lhes no encalço, depredando a aldeia e matando muitos dos seus moradores.

Os constantes ataques de que eram alvo os moradores da aldeiota, obrigaram-nos ainda uma vez, a fugir da sanha dos Muras, indo por último se estabelecer no local que é hoje.

Todavia, no que se refere a essa última mudança, existem várias controvérsias referentes ao fato. Segundo uns, a transferência dessa vez não foi impelida pela perseguição dos silvícolas Muras. Ditaram-na outros motivos, entre os quais a insalubridade do lugar. Pretendiam os índios habitantes da aldeia mudar-se para o recesso das matas, com o que não concordou Mendonça Furtado, Governador da Província, quando em visita a Borba teve conhecimento do fato por intermédio dos próprios interessados.

Conforme afirmação de Manoel Anísio Jobim, na sua destacada obra "Amazonas — Sua História", na relação de viagem de José Gonçalves da Fonsêca lê-se que o lugar Abacaxis compreendia uma nesga de terra firme, estreita, situada entre o rio e um lago, mas sujeita a alagação, e que na época da vazante ocasionava doenças e mortandades, motivo porque rareavam os moradores na aldeia e a maior parte dêles se espalhava pelas roças construídas nas terras altas da vizinhança.

"Pelas mortandades que têm experimentado, não só pela malignidade do clima, mas pelos dois contágios de bexiga e sarampo que o afligiram, o Estado desde o ano

de 1743, até o presente de 49 se acha com menos da têtça parte dos habitadores, os quais, só de índios de guerra e serviço passavam de mil em tempo que os administrava o padre João de Sampaio, da Companhia de Jesus, antes das epidemias mencionadas". (Viagem do Grão-Pará ao rio Madeira — João Gonçalves da Fonsêca, citado por Jobim, em "Amazonas — Sua História", pág. 22).

Abacaxis era situada na margem direita do rio do mesmo nome, e fôra fundada pelo tuxaua dos Mundurucus, Abacaxis, de quem herdou o título, cuja tribo vivia sob a proteção jesuítica de Frei João Sampaio. O lugar era alagadiço, exceto nalgumas partes, para onde se mudavam os habitantes enquanto durava a cheia. Ademais, o povoado teve longa duração, estimulada quando da presença do Dr. Eugênio, "refugiado das perseguições que, em nome do Governador e Capitão-General D. Francisco de Souza Coutinho, se lhe fizeram em Belém; e vivendo cêrca de quatro anos entre os Mundurucus, os encorajou ao aumento da sua aldeia, então ainda muito resumida" (Francisco Furtado — in Relatório).

No livro "História da Companhia de Jesus no Brasil", de autoria de Serafim Leite, encontro no Livro IV, Capítulo II, parágrafo 4, do Tomo III, página 387 e seguinte, que "a vila de Abacaxis foi fundada em 1696, perto da bocaína do rio Madeira, pelo padre João da Silva". "Bom sítio, aprazível, boas terras, bons ares, muita caça e peixe". Depois a aldeia de Abacaxis contava 500 índios e João da Silva "pensava mudá-la para sítio ainda melhor". Realizou a mudança ou fêz outra aldeia nova, o padre Francisco Xavier Molovetz, "pois dêle se diz que fundara a aldeia de São Francisco Xavier, e quando faleceu, a 16 de janeiro de 1709, na aldeia de Canumã, se diz igualmente que a tenha fundado".

Era missionário da aldeia o padre João de Sampaio, "o grande missionário dessa aldeia dos Abacaxis e Rio Ma-

deira". Para ela viera pouco depois de 1712, quando regressou de Portugal, "aonde se fôra ordenar". Estabeleceu-se na aldeia de Canumã. Mudou-a para Abacaxis, "onde ergueu casa de sobrado, cômoda, e uma famosa igreja". Ao redor da igreja existiam grandes malocas, morando em cada uma 100 pessoas. Ali o padre João Sampaio gastou o melhor da sua existência.

Na sua entrada ao Madeira, em 1749, José Gonçalves da Fonsêca descreve-a na margem esquerda daquele rio, para onde havia sido mudada do furo de Abacaxis. "E como não bastassem tantas denominações e mudanças, conta-nos João Daniel que a aldeia dos Abacaxis estava primeiro sôbre o grande lago do Sampaio e que dali se mudara para o furo de Tupinambarana, decaído, mas ficando ainda suficientemente grande para receber, em 1757, o nome de Vila de Serpa".

Em 1730, a antiga aldeia Abacaxis contava com 932 índios. Número grande !

Corria o ano de 1758. Mendonça Furtado retornara a Mariuá, onde deveria defrontar-se com o diplomata castelhano, D. José Iturriaga. Descrevendo o itinerário da viagem, Furtado dirigiu ofício ao Ministro da Côrte Real, José Joaquim, afirmando que de Belém àquele Pouso (Mariuá), visitou tôdas as aldeias, elevando algumas à categoria de vila, mandando levantar o pelourinho e organizando a Justiça.

No território do Amazonas rumou para o rio Madeira, tomando como caminho o rio Tupinambarana, tido por muitos como um paraná; parou na aldeia de Trocano, e elevou o povoado à condição de vila. Daí rumou para o lugar Abacaxis com o propósito de dar-lhe organização municipal, porém desvaneceu-se dessa idéia, porque os moradores estavam a se queixar amargamente do local, "onde não logravam uma hora de saúde, além de que viviam sob o

terror dos assaltos dos índios, pedindo insistentemente a sua mudança para outro local" (Anísio Jobim, in "Amazonas — Sua História").

Em decorrência, pois, desses prejuízos climáticos e da péssima situação topográfica, o Governador anuiu à proposta de mudança, para um local mais salubre e que não estivesse exposto ao perigo dos assaltos ferozes dos Muras e, no seu dizer, "não para os sítios que êles indicaram às grandíssimas distâncias nos centros das matas, o que me pareceu seria prejudicial se êles fôsem àquelas distâncias" (Furtado Belém — Limites orientais do Estado do Amazonas).

"E êle mesmo indicou vários, sendo preferido o sítio Itacoatiara", há dois dias de viagem da primitiva habitação. "Em 1758 tinham-se mudado os postulantes para o seu novo assento" (Anísio Jobim, obra citada).

Sôbre essa escolha, levando o ocorrido ao conhecimento do Ministro de Ultramar, Mendonça Furtado assim se expressou: "Na verdade escolheram bem, porque as terras são as melhores que aí há, pois produzem todo gênero de frutas, e o rio naquele sítio é abundantíssimo e sobretudo está na estrada real destes sertões, e com esta vila acharão os passageiros socorro e os índios não só tirarão grande lucro dos seus trabalhos na venda dos mantimentos, mas civilizar-se-ão".

O desembargador Manoel Anísio Jobim, notável escritor amazonense, membro da Academia Amazonense de Letras e do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, que serviu como Promotor Público na Comarca de Itacoatiara, escreveu o livro: "Itacoatiara — Aspectos Social, Político, Geográfico e Descritivo", onde consigna outra versão referente ao mais antigo núcleo de povoamento situado em território itacoatiarense. De acôrdo com o referido autor, "há notícias de que o padre Antonio Vieira, gênio tutelar dos

indígenas, criou uma missão de Aroaquis numa das ilhas próximas de Itacoatiara” e que essa missão indígena, segundo Barbosa Rodrigues, “teria sido criada em 1655, na Ilha de Aibi”.

### **BIBLIOGRAFIA DÊSTE CAPÍTULO :**

- ANÍSIO JOBIM — Itacoatiara — Aspectos Social, Político, Geográfico e Descritivo.
- ANÍSIO JOBIM — Amazonas — Sua História.
- Enciclopédia dos Municípios Brasileiros — Volume I — I. B. G. E.
- FRANCISCO FURTADO — Relatório — 1858.
- SERAFIM LEITE — História da Companhia de Jesus no Brasil — Tomo III.

## Capítulo IV



## A Vila de Serpa

A POSIÇÃO PRIVILEGIADA do denominado sítio Itacoatiara, situado na "estrada real" dos sertões amazônicos, viera favorecer muito grandemente o progresso que de certo modo assaltara o lugarejo. Diferente das poucas povoações de então, de "população reduzida, escassa e rarefeita, num ecúmeno enorme", cujas terras viviam abandonadas e incultas, os espaços mantinham-se selvagens "numa primitividade chocante", o novo conglomerado itacoatiarense logrou rapidamente satisfatório desenvolvimento.

A posição privilegiada da localidade, à margem do maior rio do mundo, num local amplo, saudável e plano, isento dos ataques a que estava sujeita anteriormente por parte da sanguinária fúria dos selvagens Muras; livre das doenças causadoras de verdadeiros morticínios, doava a seus moradores a calma necessária ao progresso, a possibilidade de fazerem prosperar a agricultura e demais outras ocupações que iniciaram de pronto.

O que não acontecia com os demais aglomerados humanos do Amazonas, onde a pouca densidade populacional, sempre frequente nos lugares sem recursos, o desprovidimento de comércio ativo, de iniciativas fecundas, a par de uma verdadeira estagnação de crescimento, acontecia com Itacoatiara que se arrastava no ramerrão diário, experimentando, assim, vagaroso mas notável crescimento.

Quase um ano fôra passado da fixação dos itacoatiarenses à margem esquerda do rio Amazonas, e a 3 de março de 1755, "El-Rei D. José I de Portugal, aceitando as informações do Capitão-General Francisco Xavier de Mendonça Furtado", governador das capitanias reunidas do Grão-Pará e Maranhão, "visando a necessidade que havia de assegurar o domínio português por essas bandas", e tendo em vista o aproveitamento integral das "fôrças" econômicas do sertão", baixou o documento régio que criava a Capitania de São José do Rio Negro, desmembrada do território do Pará. O soberano luso credenciava em seguida o Governador Furtado para proceder à inauguração e instalação da novel Província.

Em maio do mesmo ano, o govêrno era entregue ao seu sobrinho coronel Joaquim de Melo Póvoas, "o qual desenvolveu um programa eficiente de trabalho. Viajou pela hinterlândia e continuou a obra de seu tio, empenhando-se na fomentação de casamentos dos rapazes brancos com as moças índias, usando para isso da autorização da Metrópole".

Os atos governamentais de Melo Póvoas estenderam-se aos povoados e lugares mais adiantados, pois alguns dêles foram elevados à categoria de vila. Itacoatiara seria distinguida com êsse título em 1759, recebendo a denominação de Vila de Serpa. Êsse nome vinha substituir o do sítio, dado pelo emissário do govêrno, em cumprimento das ordens emanadas de Lisboa de se substituirem os nomes indígenas das localidades da colônia por vocábulos de origem portuguesa. Pouco depois passou a ser chamada de Vila de Nossa Senhora do Rosário de Serpa. Consequentemente, data de 1759 a criação do Município de Itacoatiara.

Das localidades então existentes no território amazônico, eram Serpa, Silves, Borba, São Paulo de Olivença e Ega (depois Tefé) as que mais se distinguiam, quer em recursos naturais, quer no contingente populacional. Serpa,

porém, veio a ter preponderância sôbre as demais povoações, inclusive e de certo modo sôbre Barcelos, capital da Capitania, porque lhe estava subordinado o distrito do Lugar da Barra, mais tarde e atualmente Manaus, que não tinha até então nenhuma influência nos negócios políticos.

A hegemonia administrativa pertencia a Barcelos, mas com o correr do tempo derivou para Serpa que liderava as outras vilas e povoados, diz Anísio Jobim, no seu trabalho "Amazonas — Sua História." E acrescenta: "Os moradores do Lugar da Barra iam a Itacoatiara impetrar licença para comerciar, para a apanha das "drogas do sertão", para requerer terras, para pescar e para outros fins. Serpa tinha na Barra um representante, o Juiz de Julgados que informava sôbre as ocorrências, exercia a polícia urbana e suburbana e dava pareceres sôbre os documentos de datas". "Em alguns casos — diz Bertino Miranda, no livro "Manaus, Seus Motins Políticos" — quando a parte era desafeta dos vereadores, tinham de falar a residência dos funcionários". Tal era o privilégio de Itacoatiara.

Serpa desfrutou de prerrogativas. Sua Câmara Municipal, a cuja jurisdição pertencia o Lugar da Barra, funcionava por vez na ex-Fortaleza de São José do Rio Negro, onde, certa vez, prestou juramento de obediência ao Imperador Pedro I. "O Ouvidor Ramos Ferreira, em 1822 deu audiência em Itacoatiara".

Arthur Cezar Ferreira Reis no livro "Manaus e outras vilas", no capítulo referente ao Lugar da Barra, registra:

"A Barra, a êsse tempo, era subúrbio de Serpa. Desde quando e porque, ignora-se, à falta de documentação.

A Câmara da futura Itacoatiara, nos momentos decisivos da vida política da Capitania, vinha reunir, solenemente, no Lugar, para as deliberações supremas".

Depois de discorrer claramente sôbre a posição política da futura Capital e os momentos de exaltação do povo,

naqueles idos de 1821, momentos êstes que "envolviam todo o país num ambiente de apreensões" e de "reivindicações populares", o professor Reis volta a falar da subalternidade da Barra, afirmando: "A Câmara de Serpa, pelas contingências do momento, reunia lá constantemente. Outras vêzes, era dispensada a colaboração, a palavra dos vereadores".

Segundo o escritor citado, no dia 27 de fevereiro de 1822, o Ouvidor Ramos Ferreira deu uma audiência em Itacoatiara.

O Município foi supresso em 1833, ficando como simples freguesia subordinada a Silves. Dois anos mais tarde, a Cabanagem, sedição cabocla que durou de 1835 a 1840, assolava o território do Amazonas. Serpa foi duramente atingida. "Os cabanos, derrotados em sucessivos combates, refaziam-se após as refregas e novamente investiam sôbre os indefesos bugres então existentes. E' assim que depois dos combates de Icuipiranga, em que foram dizimados, reorganizaram-se e investiram sôbre Parintins, Luzéa e Serpa, vencendo-as sem grande resistência". (Enciclopédia dos Municípios Brasileiros).

Em 1857 deu-se a restauração do Município, através o Decreto-lei n.º 74, de 10 de dezembro, que lhe doou a antiga classificação de vila. As solenidades de instalação ocorreram no ano seguinte, a 24 de junho, contando com a presença de personalidades ilustres da política e da sociedade, dentre as quais o Presidente da Câmara municipal de Silves, vereador Salustino de Oliveira, que dirigiu os trabalhos de inauguração e que deu posse aos vereadores eleitos, como veremos a seguir :

"Ata da Inauguração da Vila de Serpa.

Aos vinte e quatro dias do mês de junho do ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e cincoenta e oito, trigésimo

sétimo da Independência e do Império, e sendo presente o Presidente interino da Câmara Municipal da Vila de Silves, comigo, Fideles Alves da Costa, Vereador da mesma Câmara e Secretário Juramentado para êste fim no paço da Câmara da Vila de Silves, digo de Nossa Senhora do Rosário de Serpa, compareceram os vereadores eleitos para a nova Câmara, como consta da respectiva Ata, no livro competente: Manoel Joaquim da Costa Pinheiro, Antonio José Serudo Martins, Damaso de Souza Barriga, Agostinho Domingos de Carvalho, Raimundo Cândido Frenoz, João da Cruz Pinheiro e Manoel Porfírio Delgado; e aí o deferio, digo o referido Presidente interino da Câmara Municipal da Vila de Silves deferiu juramento aos Vereadores eleitos para a nova vila criada pela Lei Provincial n.º 74, de 10 de dezembro de 1857, e determinada a sua inauguração por ordem do Exmo. Govêrno da Província, expressada em officio e instruções de 26 de fevereiro do corrente ano, empossados desta forma os Vereadores da Câmara Municipal da Vila de Serpa, em cumprimento da resolução da Assembléia Provincial, servindo de seus limites aqueles que foram designados pelo Exmo. Govêrno da Província, pelo que convidou o Senhor Presidente e Secretário da Câmara da Vila de Silves, Vereadores empossados, e mais pessoas presentes assistirem ao **Te Deum** que em ação de graças se celebra na Igreja Matriz desta vila. Do que para constar se lavrou a presente Ata de inauguração que a assinarão o Presidente e o Secretário da Câmara Municipal da Vila de Silves; o Presidente e mais vereadores da Câmara Municipal da Vila de Serpa e mais

peessoas presentes, e eu, Fideles Alves da Costa, Secretário interino escrevi.

(aa) Salustino de Oliveira — Presidente

Fideles Alves da Costa — Secretário  
Manoel Joaquim da Costa Pinheiro  
Antonio José Serudo Martins  
Damaso de Souza Barriga  
Agostinho Domingos de Carvalho  
Raimundo Cândido Frenoz  
João da Cruz Pinheiro  
Manoel Porfírio Delgado  
Padre Dr. Francisco Benedito da Fonseca  
Coutinho  
Evaristo Rodrigues Lima  
Joaquim da Costa Arco  
Manoel Pereira de Sá  
João Nazaré da Silva  
Felisberto Tôrres Martins  
José Joaquim Pinto de França  
Marinho Rocha  
João Raiz Vieira  
Joham Bronyum Chalbino  
Thompson Wallace  
Gustavo Adolfo Blaem  
Luiz Antonio de Oliveira  
Frederico Carlos Balbe  
Amaral Raiz Vieira  
Antonio Afonso de Lima  
Seraphim dos Anjos Alves  
João da Cruz Martins  
Augusto José Rodrigues  
Manoel Martins Vieira  
José Joaquim Vieira  
Máximo Pinheiro Lopes  
Miguel Pinto de França Júnior

Lúcio Alves da Conceição  
Francisco Augusto Xavier de Pina  
Manoel Francisco de Figueiredo  
Mário Antonio de Lima  
Luiz Martins de Oliveira  
Manoel Demétrio da Silveira Lima  
Joaquim de Mendonça Palheta  
Manoel Raimundo de Souza  
Horácio da Silva Lira  
Chequel Pereira Breves  
Manoel da Gama  
Antonio Pereira de Lira  
Francisco Márcio Tôrres  
Cleas Pinto de França  
Lino de Souza Barriga  
João Antonio Raiz  
Eugênio Antonio Fonsêca".

(Documento contido no livro "Outras Histórias do Amazonas", de autoria de Antonio Cantanhede).

\* \* \* \*

Eis na íntegra o conteúdo da lei que criou a vila de Serpa :

"Lei n.º 74, de 10 de dezembro de 1857.

Eleva a Freguesia de Serpa à categoria de Vila, com a mesma denominação que ora tem.

Francisco José Furtado, Presidente da Província do Amazonas, etc. . . .

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléia Provincial decretou e eu sanciono a Lei seguinte :

Art. 1.º — Fica elevada à categoria de Vila, com a denominação que ora tem, a Freguesia

de Serpa, e autorizado o Govêrno a marcar os seus limites.

Art. 2.º — Ficam revogadas as disposições em contrário.

Mando portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer, que a cumpram e façam cumprir, tão inteiramente como nela se contém.

O Secretário da Província a faça imprimir, publicar e correr. Dada e passada no Palácio do Govêrno da Província do Amazonas, aos dez dias do mês de dezembro de mil oitocentos e cinquenta e sete, 36.º da Independência e do Império.

Francisco José Furtado  
Sebastião de Lima Bacuri.

Nesta Secretaria do Govêrno da Província do Amazonas, foi a presente Lei selada e publicada, aos 10 de dezembro de 1857.

Agostinho Rodrigues de Souza  
Registrada a fls. 94, do Livro das Leis Provinciais.

Secretaria do Govêrno da Província do Amazonas, 10 de dezembro de 1857.

Sebastião de Lima Bacuri  
Amanuense".

### **BIBLIOGRAFIA DÊSTE CAPÍTULO :**

- Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas — 1848.
- ANÍSIO JOBIM — Amazonas — Sua História.
- ANÍSIO JOBIM — Itacoatiara — Aspectos Social, Político, Geográfico e Descritivo.
- Enciclopédia dos Municípios Brasileiros — Volume I — I. B. G. E.

## Capítulo V



## A Cidade e a Origem Nominal

**E**M 1874, a Lei n.º 283, datada de 25 de abril do mesmo ano, deu foros de cidade à Vila de Nossa Senhora do Rosário de Serpa, que a partir de então, passou a denominar-se cidade de Itacoatiara. É do seguinte teor a Lei que criou a cidade :

“Decreto-lei n.º 283, de 25 de abril de 1874.

Eleva à categoria de cidade, com a denominação de Itacoatiara, a Vila de Serpa.

Domingos Monteiro Peixoto, Bacharel formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Recife, e Juiz de Direito, Oficial da Imperial Ordem da Rosa, Cavalheiro da de Cristo, e Presidente da Província do Amazonas :

Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Provincial decretou e eu sanciono a presente Lei :

Art. 1.º — Fica elevada à categoria de cidade, com a denominação de Itacoatiara, a Vila de Serpa.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Mando portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução da referida Lei pertencer que a cumpram e que a façam cumprir, tão inteiramente como nela se contém.

O Secretário da Província a faça imprimir, publicar e correr.

Dada e passada no Palácio da Presidência da Província do Amazonas, em Manaus, 25 de abril de 1874, 53.º da Independência e do Império.

L. S. Domingos Monteiro Peixoto.

O 2.º Oficial Antonio José Barreiros, a fêz.

Nesta Secretaria da Província do Amazonas foi a presente Lei selada e publicada, aos 25 dias de abril de 1874.

Theodoro Thadeu de Assunção  
Secretário".

\* \* \* \*

Dessa maneira, Itacoatiara foi a terceira localidade amazonense a receber o significativo título de cidade, sendo antecedida apenas por Manaus, antigo Lugar da Barra, e Tefé, antiga Ega.

O vocábulo "Itacoatiara" provém da existência de diversas pedras encontradas defronte ao pôrto do bairro do Jauari, a duzentos metros do igarapé do mesmo nome, não muito distante da parte central da cidade, e de outras no rio Urubu, em cujas faces são encontrados labores diversos. Essas inscrições rupestres só podem ser lidas na época do verão, por ocasião da decida das águas do rio, quando as rochas ficam bem visíveis.

Observemos alguns trechos do livro "Itacoatiara — Aspectos Social, Político, Geográfico e Descritivo", de autoria de Manoel Anísio Jobim, acêrca da origem nominal de Itacoatiara.

Segundo êle, o célebre estudioso francês Francis de Castelnau considerava o Baixo Amazonas "um vasto campo de pesquisas para os arqueólogos". Refere que a denominação dada ao sítio prende-se aos hieróglifos inscritos nas lages do litoral, "muito parecidos com as inscrições que se encontram no Peru".

"Desgraçadamente — diz o notável e erudito naturalista francês, — na ocasião da minha passagem, a praia estava ainda coberta pelas águas, que na estação das chuvas sobem de 12 a 15 metros".

O arqueólogo Bernardo de Azevedo da Silva Ramos, "um dos que fundaram o Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas, atribuiu aos fenícios essas inscrições. Outros dizem ser feitas pelos indígenas e, ainda outros, inclusive J. Barbosa Rodrigues, consideram o fato como comemoração da invasão dos Aroaquis no Amazonas".

No seu livro "Inscrições e Tradições da América Pré-Histórica, Especialmente do Brasil", o eminente arqueólogo, linguista e antropologista Bernardo Ramos diz que "no rio Urubu, donde se deriva o Maquará, encontra-se ainda as ruínas de um templo rústico, formado de blocos de pedras", onde se acham "uma verdadeira opulência de desenhos, gravuras e inscrições", por onde teriam, "no seu entender passado ou estacionado os povos fenício, hebreu e grego".

Gustavo Barroso, grande escritor cearense, membro da Academia Brasileira de Letras, autor de dezenas de obras literárias editadas no Brasil e no estrangeiro, num dos muitos capítulos do livro "Segrêdos e Revelações da História do Brasil", nos fala da personalidade de Bernardo Ramos, afirmando: "Bernardo Ramos dedicou a vida inteira

ao exame e decifração das chamadas inscrições rupestres existentes no Brasil, como em quase todo o mundo, e sobretudo as da bacia amazônica". As inscrições estudadas por êle — completa o grande escritor e contista brasileiro — "gravadas ou pintadas em pedras, são o que o indígena denominava Itacoatiara".

Entretanto, das muitas hipóteses acêrca da origem nominal da cidade de Itacoatiara, a mais justa, a mais digna de crédito e a que predomina portanto, é a de J. Barbosa Rodrigues que diz que as inscrições que deram origem ao vocábulo "Itacoatiara", foram mandadas fazer "pelo Governador Francisco Xavier de Mendonça Furtado, quando subiu o Amazonas com a Comissão de Demarcação".

O palpite do sábio Rodrigues é digno de confiança porque, analisando uma das pedras do pôrto do Jauari, nota-se que além dos dizeres ITA e TROPA, escritos em grande formato, há também a data de 1754, o que prova ser de autoria de Mendonça Furtado, pois foi justamente nesse ano que o Governador paraense subiu o Amazonas, a caminho do rio Negro.

Além da data citada, e dos nomes gravados, existe desenhada sôbre escadas uma grande e tôska cruz, sob cujo braço esquerdo está situado o nome TROPA, com T maiúsculo, tendo a perna emendada ao R.

Itacoatiara significa em língua indígena PEDRA PINTADA.

### **BIBLIOGRAFIA DÊSTE CAPÍTULO :**

- ANÍSIO JOBIM — Itacoatiara — Aspectos Social, Político, Geográfico e Descritivo.
- Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas — 1948.
- GUSTAVO BARROSO — Segrêdos e Revelações da História do Brasil, 2.<sup>a</sup> edição — Rio de Janeiro — 1961.

## Capítulo VI



## O Têrmo e a Comarca

O ACONTECIDO de 1822, que deu em resultado a Independência Política do Brasil, alterou os acontecimentos que se desenrolavam na região do rio Negro, com relação a sua submissão à Província do Pará. A notícia do Grito do Ipiranga foi recebida pelos amazonenses com vibrações de entusiasmo e de logo toldou o ânimo das gentes o fato de não ter sido contemplada como Província a Comarca do Alto Rio Negro, assim considerada em virtude de antigo decreto do Império lusitano.

A região do rio Negro se encontrava no ápice dessa fase revolucionária. Havia sido aprovada a abolição da Junta Governativa que dirigia o rio Negro, porquanto era extinta a Capitania de São José, sendo incorporado o extenso território à jurisdição e administração do govêrno paraense. Protestaram os amazonenses que viam as suas correspondências cerceadas, e êsses protestos, seguido de movimento revolucionário, continuaram desassombrados, ardorosos e viris.

Dez anos após a separação do Brasil do reino português foi sancionado pelo Imperador e executado pelos Governadores provinciais o Código de Processo Criminal do Império, que deu nova divisão judiciária ao país. A Amazônia passaria dessa maneira a possuir três comarcas : a do Grão-Pará, a do Baixo Amazonas e a do Alto Amazonas.

Esta última compreendia quatro Têrmos: Manaus, Tefé, Maués e Barcelos, todos considerados vilas.

O Têrmo de Manaus, antigo Lugar da Barra do Rio Negro, estabelecido no dia 25 de junho de 1833, compreendia os povoados de Serpa e Silves. A êsse tempo a freguesia de Itacoatiara estava subordinada ao Município de Silves.

Reconquistando, em 1857, o foral de vila, Serpa recebeu a denominação de Têrmo, conforme decreto-lei n.º 5.146, datado de 27 de novembro de 1872, oriundo do Governo provincial do Amazonas. Três anos depois, era Silves denominado Têrmo anexo ao de Serpa, em virtude do decreto-lei n.º 5.210, de 1.º de dezembro de 1875.

Várias tentativas se fizeram com o objetivo de elevar o Têrmo de Serpa à categoria de Comarca. O Deputado estadual José Joaquim da Silva Meirelles apresentou projeto ao Congresso Estadual, propondo a criação da Comarca, com a denominação de Paurá. O referido projeto abrangia os Têrmos municipais de Serpa, Silves e Borba. Desaprovado por causa da forte oposição tida ao documento, em seguida foi pôsto à consideração da Câmara Estadual o projeto de autoria do Deputado Delfim Flávio Portugal, também pôsto abaixo. O terceiro, também rejeitado, teve como autores os Deputados Damaso de Souza Barriga, Padre Daniel, Pedro Marques de Oliveira, João José de Freitas Guimarães, Padre Torquato Antonio de Souza, Filinto Elizio de Moraes, José Paulino e João Paiva da Silva Pinheiro, e compreendia os municípios de Serpa, Silves e Maués.

Finalmente, graças à proposição apresentada à Assembléia Provincial do Amazonas pelos combatentes Deputados João Carlos Antoni, João Evangelista Nery da Fonseca, José Justiniano Braule Pinto, Francisco Antonio Monteiro Tapajós, Estevão Ferraz e João Carlos Pinheiro, surgiu

a Lei n.º 341, datada de 26 de abril de 1876, que elevou o Têrmo Municipal de Serpa à denominação de Comarca.

No dia 11 de setembro de 1876 foi levada a efeito a inauguração e instalação da novel Comarca, tendo à frente dos trabalhos o Dr. Filipe Honorato da Cunha Meninéia, primeiro Juiz de Direito do Município de Itacoatiara, que depois foi promovido a desembargador pelo Tribunal de Justiça do Estado.

Enaltecendo a memória desse ilustre magistrado, como preito de gratidão pelos seus trabalhos, uma das ruas itacoatiarenses recebeu a denominação de Desembargador Meninéia.

Conforme o Decreto-lei n.º 176, de 1.º de dezembro de 1838, a Comarca de Itacoatiara constava de quatro distritos: o da sede, o do Amatari, o de Ambrósio Aires e o de Murutinga. Atualmente, segundo a divisão judiciária vigente a partir de 1.º de janeiro de 1958, a Comarca está dividida em três distritos: o da sede municipal, o de Amatari e o de Murutinga.

#### **BIBLIOGRAFIA DÊSTE CAPÍTULO :**

- ANÍSIO JOBIM — Itacoatiara — Aspectos Social, Político, Geográfico e Descritivo.
- Revista do Instituto Geográfico e Histórico do Amazonas — Ano VII — 1948.



## Capítulo VII



## A Cabanagem

**C**OINCIDINDO COM a Revolução dos Farrapos, no Rio Grande do Sul, ainda no período das Regências, em 1835, irrompia na Província do Pará o movimento revolucionário denominado Cabanagem, assim chamado em virtude de seus fomentadores serem elementos do interior, àquela época denominados de cabanos. A revolução tomou vulto e rapidamente expandiu-se pelo interior da Província, atingindo, inclusive, o lugarejo distante de Tabatinga, no alto Solimões.

Era chefiada a revolução por elementos de pouca preeminência política, mas pessoas qualificadas por sua capacidade de liderança entre as quais o Cônego Batista Campos, organizador e incentivador do movimento, que infelizmente degenerou, tornando-se o mais prolongado, feroz e sangüinário que a história da Amazônia registra. Além de Batista Campos, eram chefes mais graduados Francisco Pedro Vinagre, Felix Antonio Clemente Malcher e Eduardo Nogueira Angelim.

"A rebeldia que ensanguentou a Amazônia, sob o nome de Cabanagem — diz Arthur Cezar Ferreira Reis, à pág. 163 da sua "História do Amazonas", — ainda não foi devidamente estudada nas suas causas políticas e sociais. Geralmente se lhe dá fundo nativista, mas parece que êsse foi apenas o pretexto para arrastar as massas. Episódio da história regencial do Império, deve ser olhado como resul-

tante do desassossêgo que caracterizou aquela fase de nossa evolução e tem origens profanas na ambição política que cegou os homens de então. Tanto assim que os chefes da Cabanagem nem sempre estiveram unidos. Houve instantes em que se separaram violentamente”.

A Cabanagem teve início no dia 7 de janeiro de 1835, no momento em que foi assassinado o Presidente da Província do Pará, Bernardo Lopes de Souza, sendo aclamado Governador nesse momento, o rebelião Felix Antonio Clemente Malcher, que antes havia sofrido muitas perseguições e humilhações da parte de Lopes de Souza, que chegou inclusive a mandar incendiar sua fazenda, no Acará, e encerrá-lo na prisão, onde permaneceu até àquela data.

Inicialmente, o movimento fôra benéfico à capital paraense, mas, posteriormente, transformou-se em degenerativo, dividindo-se em duas facções que se digladiaram furiosamente, uma, a chamada legal, que dava apôio aos presidentes nomeados da capital do Império; outra, a liderada pelos oposicionistas, movidos pelos desejos de governar. Desfigurada, a rebeldia alastrou-se pelo interior da Província, fazendo adeptos no rio Negro, onde conseguiu, sob o comando de Bernardo de Sena, tomar de assalto o Lugar da Barra.

O Baixo Amazonas foi a região mais duramente atingida; aí a rebelião durou mais de quatro anos, isto é, até 1840, quando foi conseguida uma pacificação definitiva pelos brandos meios de anistia.

A luta ofereceu ensêjo para distinguir-se entre os defensores legalistas, um caudilho de nome Ambrósio Aires, que viera degredado do Nordeste para Bararoá (Thomar), donde se lhe tirou o apelido. Possuía qualidades de mando; era enérgico, e falava com ta! desembaraço e certa eloquência, que sem muito esforço conquistava os ouvintes.

Ambrósio Aires, o Bararoá, mereceu logo a proteção do Presidente da Província do Pará, brigadeiro Soares An-

dré, que, notando os brilhantes êxitos alcançados pelo caudilho louro sôbre os rebelionários cabanos, nomeou-o para exercer as elevadas funções de Comandante-em-chefe das Fôrças Militares do Alto Amazonas.

Demorados combates foram travados por todo o território da Província. Atentados os mais horrorosos foram cometidos contra os moradores ribeirinhos. Êstes, não aceitando de maneira alguma a afronta, reagiram à altura. Ainda assim, muitas famílias fugiram para o centro das matas.

A luta prosseguia perigosa e, em agôsto de 1838, Ambrósio Aires quando regressava dos Autazes para Manaus, à frente de uma pequena escolta, caiu nas mãos dos cabanos, sendo massacrado.

A Cabanagem teve o seu final em 1840, depois de muito derramamento de sangue e sacrifício de muitas vidas. A Comarca ficou reduzida à miséria, pobre de população, com a agricultura atrasada e os cofres públicos desfalcados. Foi pouco a pouco reconquistando a sua antiga prosperidade.

Auxiliando a reprimir os impulsos destruidores da rebelião dos cabanos, a vila de Serpa lutou ao lado dos legalistas, contribuindo largamente para afastar êsse foco subversivo nunca visto na história da Amazônia brasileira. Numa demonstração de coragem, patriotismo, os itacoatiq-  
renses postavam-se nos barrancos, a fim de impedir por todos os meios, de qualquer maneira o avanço dos sediciosos.

Por diversas vêzes os cabanos tentaram o assalto à vila que, entretanto, era recuperada graças aos esforços de seus próprios moradores.

Serpa, com uma decisão tôda particular, que os próprios governantes legalistas registravam, distinguia-se no esforço de permanecer ao lado do poder constituído. Em 1832, por ocasião do movimento separatista da Comarca,

enfileirara-se pelo pronunciamento autonomista. Sua Câmara assumia posição decisiva. Todos êsses fatos serviram para expressar que Itacoatiara já possuía a sua individualidade como centro cívico, embora houvesse, a êsse tempo, perdido o seu antigo predicamento de vila, ficando como simples freguesia subordinada a Silves.

#### **BIBLIOGRAFIA DÊSTE CAPÍTULO :**

- ANÍSIO JOBIM — Itacoatiara — Aspectos Social, Político, Geográfico e Descritivo.
- ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS — História do Amazonas.
- J. NICOLAU PIMENTEL — Visão panorâmica do Amazonas atual.



## Capítulo VIII



## Invasão da Vila

CORRIA O ANO DE 1865. Era alta noite do dia 31 de junho daquele ano. A vila de Serpa estava mergulhada num sono nostálgico e profundo, pois seus moradores descansavam as energias do corpo gastas após um dia de exaustivo mas produtivo trabalho. Súbito, interrompendo o silêncio noturno, o torrão da vila foi invadido por um grupo de bandoleiros que acordou os habitantes locais, sob um verdadeiro tropel, ao som de tambores, gritos subversivos e tiros.

Silenciosamente acercaram-se do Quartel Militar da Guarda Nacional e da Cadeia Pública, "onde se apoderaram de armamento e munição", despertando, em seguida, a população do lugarejo, em sobressalto. Passados os primeiros instantes da invasão, "reagem os habitantes da vila, sob o comando do Capitão da Guarda Nacional Antonio José Serudo Martins", que secundado pelo cabo José Maquiné e grande número de voluntários, foram "ao encontro dos bandidos", vencendo-os inapelavelmente, após demorado e cerado combate. "Por todos os ângulos da cidade — diz Jobim — ouvia-se o estrépito dos tiros e o barulho surdo das portas postas abaixo".

Na sua sanguinária fúria os bandidos invasores seviçaram a André Pereira da Silva e José Fernandes, além de terem assassinado a tiros de pistola o português Francisco Pereira Coelho.

No início do cerrado combate entre as forças defensora e invasora, o cabo do Exército José Maquiné, itacoatiarense de nascimento, foi ferido com um projétil à altura do joelho, continuando, ainda assim, a lutar brava e destemidamente ao lado dos companheiros, durante minutos.

A luta foi violenta. "A contra-ofensiva, tomada em meio da confusão geral, teve completo êxito, porque depois de se travarem vários conflitos", os invasores não podendo resistir à investida impetuosa dos defensores da vila, bateram em retirada, indo uns se esconder nas matas próximas, outros conseguiram alcançar as terras do rio Urubu, outros conseguiram fugir em direção ao Jatapu.

No mesmo ano da invasão que sofreu a Vila de Nossa Senhora do Rosário de Serpa, unidades de guerra do Paraguai atacaram no rio Paraná unidades da Marinha de Guerra do Brasil. A luta prosseguiu terrível, culminando com a guerra entre as duas potências sul-americanas, luta essa que se prolongou por cinco longos anos, tendo o seu final em março de 1870.

Foi assim, que nos primeiros instantes da luta de 31 de junho de 1865, os itacoatiarenses julgaram estar sendo atacados por indivíduos de nacionalidade paraguaia, conforme referências a respeito feitas por Anísio Jobim.

No dia seguinte ao da invasão, a cidade de Itacoatiara voltou a ficar em completa calma, porquanto fôra afastado o foco de subversão que a assolara anteriormente, embora por momentos. Entretanto, verificou-se um desfalque em dinheiro nos cofres da Câmara Municipal, no valor aproximado de quatro contos de réis, sendo que os autores foram obrigados a indenizar a Fazenda.

"O arrombamento que sofreu a Câmara Municipal e a subtração dos papéis do armário — diz o destacado historiador desembargador Manoel Anísio Jobim. — ia produzindo séria alteração da ordem pública, se não houvesse

certa dose de prudência por parte dos elementos políticos de então. De algum tempo vinham-se acumulando fermentos de prevenções que alguns incidentes provocavam. Os interesses dos partidos políticos, criaram uma atmosfera pouco serena, e os políticos se ameaçavam, prevendo-se grande agitação”.

Finalmente, após vários incidentes, provocados pelas discussões, onde sempre influia os discursos inflamados e os insultos verbais, os homens políticos, esquecendo mágoas anteriores, uniram os partidos, restabelecendo, assim, o clima tradicional de calma, uma das causas principais do progresso sempre crescente de Serpa.

Achavam-se envolvidos nas lutas políticas da época o Capitão Antonio Luiz Coelho, Comandante das Companhias de Reserva de Serpa e Silves, o Capitão Francisco de Carvalho e Mello, o Capitão Domingos Alves Pereira de Queiroz e o Capitão da Guarda Nacional Antonio José Serudo Martins, além de inúmeros outros elementos civis.

### **BIBLIOGRAFIA DÊSTE CAPÍTULO :**

— ANÍSIO JOBIM — Itacoatiara — Aspectos Social, Político, Geográfico e Descritivo.



## Capítulo IX



## Batalha Naval

A HISTÓRIA DE ITACOATIARA, vasta e complexa, acha-se repleta de lances dramáticos e de fatos célebres, consubstanciados nos mais diversos acontecimentos verificados no seu solo. Um dos acontecimentos mais importantes desenrolados aqui foi, sem dúvida alguma, o capítulo trágico e nervoso — no dizer de Anísio Jobim — da Batalha Naval.

A rebelião eclodida em São Paulo, em 1932, não deixou de ter seus adeptos no setentrião verde que, encabeçados por um verdadeiro chefe rebelionário, tentaram imitar os impulsos da revolução bandeirante. É assim, que após um levante que se tornou vitorioso, a Fortaleza de Óbidos, Pará, foi palco principal de uma rebelião, encabeçada pelo Coronel do Exército Alderico Pompo de Oliveira, recebendo logo a adesão de muitos civis e oficiais da época.

Com a bandeira de guerra tremulando no alto de suas embarcações, vinham em direção do Amazonas, "tomar as cidades ribeirinhas e ocupar Manaus, importante ponto estratégico e de abastecimento".

O "Diário Oficial" do Estado do Amazonas, em edição de 20 de agosto daquele ano, confirmava o que se dizia na rua como boato, isto é, afirmava que os revoltosos tinham aderido aos revolucionários paulistas e se dispunham a subir o grande rio, a caminho da capital baré.

Novas notícias recebidas mostravam a gravidade da situação. "Tinham sido apreendidos dois navios, o "Jaguaribe", pertencente à firma Pereira Carneiro & Cia. que vinha do Pará, e o "Andirá", da frota da The Amazon River Steam Navigation Company Limited., tendo sido as duas unidades imediatamente armadas em guerra". Para bordo dos navios os insurgentes conduziram muita munição e armamento, constante de metralhadoras, obuzes e fuzis, além dos canhões das embarcações. Em seguida partiram para Manaus, que no seu dizer, se afigurava prêsa fácil.

Saindo de Óbidos, sede da rebelião, o chefe revoltoso Alderico Pompo de Oliveira, passou o seguinte telegrama ao Interventor Federal do Amazonas, Dr. Waldemar Pedrosa :

"The Amazon River Steam Telegraph Company

— Cabo fluvial do Amazonas —

Carimbo

AVISO — — — ÓBIDOS

19.8.932

Interventor Dr. Pedrosa — Manaus

O Coronel Pompo emissário do General Bertoldo Klinger intima a êsse govêrno se render ao Forte de Óbidos que já se acha em seu poder há três dias occupado pelas forças do referido General e se assim acontecer evita-se a enviar suas embarcações completamente aparelhadas com ordens terminantes para bombardeio dessa Capital pt Será conveniente que Sua Excia. evite essa sangrenta medida porque as ordens que executa são. enérgicas.

Coronel Pompo".

O Interventor Federal tomou as necessárias providências cabíveis ao caso, não sòmente com relação à defesa da

capital, como também a de Itacoatiara. Não foi possível enviar forças para garantir a defesa de Parintins, por ser essa cidade muito próxima da de Óbidos, donde procediam os insurgentes.

A esquadra rebelde partiu sob aclamação, subindo o rio Amazonas. Logo mais tomava Parintins que, sem recursos de defesa, entregava-se. Depois dessa vitória, os rebeldes telegrafavam nos seguintes termos :

"VAMOS ENTRANDO GLORIOSAMENTE PARA A HISTÓRIA DO AMAZONAS".

Dirigindo-se à cidade de Itacoatiara, os rebeldes se encontraram com o vapor do Lóide Brasileiro, "Baependi", conduzindo um contingente do Exército brasileiro para o Sul do País. Este porém, vendo o poderio bélico daqueles, regressou de volta a Manaus. O mesmo aconteceu com o navio "Ingá", que, de Parintins, voltou para não ser aprisionado.

Dado o regresso dos dois vapores a Manaus, urgia organizar uma expedição armada para dar combate ao inimigo, antes que o mesmo chegasse à capital amazonense. Assim, na tarde do dia 22, deixava o cais da Manaus Harbour, sob aclamações e vivas de populares, uma esquadilha de navios, composta de cinco unidades, e de uma lancha, a "Iris".

Ficaram em Itacoatiara os navios "Baependi" e "Ingá".

A praça de Itacoatiara estava disposta a matar ou morrer. As mesmas águas que viram passar Pedro Teixeira e Francisco Orelana, iam servir de palco a uma tremenda batalha.

O "Baependi" seguia na frente do "Ingá" e, vendo a aproximação do inimigo, tomou logo posição de combate. De acordo com as instruções recebidas do alto comando do 27 BC, o Comandante do "Baependi" determinou que o navio voltasse, a fim de incorporar-se ao "Ingá" e, passando às 10.00 horas em frente a cidade, aproximou-se da escadaria

do pôrto do Mercado, arriou um escaler com dois homens de bordo, para entregar mensagem ao Tenente Albuquerque, encarregado da defesa de terra, para que resistisse "até queimar o último cartucho, e impedir por todos os meios o desembarque dos sediciosos". O navio continuou viagem até o paraná da Trindade, descendo depois, já em companhia do "Ingá". Vinham dispostos à luta.

No decorrer de poucos instantes e eis que surgem na ponta do Jauari os navios rebeldes "Jaguaribe" e "Andirá". Ao se aproximarem do pôrto fizeram troar um tiro de canhão para, provàvelmente, amedrontar os defensores legalistas.

Logo em seguida à detonação do canhão, desceram em terra emissários, levando ultimato à população: ou a cidade se renderia ou seria imediatamente bombardeada. A resposta foi negativa. Os defensores só se renderiam depois de mortos.

O Vigário Geral da Paróquia de Nossa Senhora do Rosário, padre Joaquim Pereira, o comerciante Antonio de Araújo Costa e o Major Gonzaga Pinheiro, Prefeito do Município, foram destemidamente a bordo dos navios, onde repletiram nobremente que a cidade não se renderia.

Foi dado o prazo de duas horas para as famílias se retirarem da cidade. Multidões de pessoas, moços e velhos, homens e mulheres, internavam-se mata a dentro, à procura de abrigo. Procuravam lugares onde não ficassem expostos ao perigo dos projéteis mortíferos. Uns iam para o Iraci longínquo, enquanto outros iam ter ao Paraná de Serpa. Poucos os que ficaram na cidade, para presenciar a batalha.

Findo o prazo dado pelos insurgentes, eis que as fôrças legais despontam na ponta do rio, pelo lado de cima. Os dois navios legalistas, ao serem avistados pelos componentes da frota inimiga, manobraram logo em posição de combate. Toques de corneta estrugiram a bordo. "Vozes imperiosas de — FOGO! e a deflagração rompeu de parte a parte.

Os canhões troavam, as metralhadoras crepitavam terríveis, uma fuzilaria sêca, incessante, mortífera se cruzava. Os vapores legalistas avançavam. No meio da refrega, o "Ingá" foi de prôa em cima do "Jaguaribe", abalroando-o, e, pouco depois, começou a adernar. Os tiros cessaram e uma bandeira branca tremulou uns momentos, porque o navio sumiu nas águas.

"Antes do abalroamento, o "Baependi" metralhava ceradamente o passadiço, a casa de máquinas, as peças de artilharia, o convés e tôdas as dependências do "Jaguaribe". A explosão de sua caldeira foi o final daquele drama terrível.

O "Andirá" hostilizava impiedosamente os nossos navios a tiros de fuzil e de metralhadoras pesadas. A sua guarnição lutava desesperadamente. Um tiro de metralhadora certo destruiu a ponte de comando dêsse vapor. O "Baependi" atirou-se, então, sôbre êle, alcançando-o de pôpa, partindo-o ao meio.

"A batalha durou cêrca de quarenta minutos. Luta feroz" (Anísio Jobim — in Itacoatiara, Aspectos).

Os tripulantes dos navios soçobrados, em grande parte morreram afogados. Os que escaparam, nadaram até a outra margem e ganharam a mata.

Conta-se que alguns dos que se salvaram nadando para a outra margem do rio, pediram pousada aos agricultores locais que, de início, lhes concederam. Entretanto, ao anoitecer, êstes, contrariando a sua atitude anterior, foram ter à cidade, a fim de conduzirem soldados para aprisionar aquêles.

Os que se achavam feridos em estado grave, foram internados na Santa Casa de Misericórdia de Manaus.

Após o ferrenho combate naval, o Comandante Lemos Bastos, do "Baependi", passou a seguinte ordem telegráfica para Manaus :

"Senhor Interventor Federal e Capimar  
Manaus — Urgente.

Embora constringido sacrifício vidas ainda que rebeldes patrícios nossos comunico ambos navios revoltosos postos a pique fôrça meu comando em frente Itacoatiara pt Temos um ferido leve pt Estou contacto gente Itacoatiara onde vou atracar tomar informações a fim decidir o que fazer pt Recolhendo náufragos às treze e quinze minutos".

Após o recebimento dêsse telegrama, o Dr. Waldemar Pedrosa, Interventor Federal do Amazonas, distribuiu à Imprensa de Manaus a seguinte

#### **"NOTA OFICIAL**

A Interventoria Federal, cumprindo um dever que lhe é altamente honroso, comunica ao povo amazonense os acontecimentos desenrolados hoje, às 13,00 horas na cidade de Itacoatiara, dos quais teve conhecimento por telegrama daquela localidade. Os navios "Jaguaribe" e "Andirá" que se achavam em poder dos rebeldes de Ôbidos, chegaram hoje à Itacoatiara. Mandado emissário à terra para um entendimento com as fôrças legais, tiveram resposta de absoluta intransigência, pelo que resolveram conceder um prazo de duas horas para que as famílias se retirassem daquela localidade, quando então começariam o bombardeio.

Antes de decorrido êsse prazo, chegaram ao pôrto de Itacoatiara os navios legais, "Baependi" e "Ingá" que entraram imediatamente em luta, cercando os navios rebeldes. Depois de quarenta minutos de tiroteio, foram postos a pique os navios "Jaguaribe" e "Andirá", iniciando-se em seguida os trabalhos de salvamento dos náufragos. As fôrças navais atuaram sob o comando do Capitão de Fragata Lemos Basto, e o Contingente Militar sob o comando do Capitão Jonatas de Moraes Correia. Não houve feridos em terra, estando a cidade de Itacoatiara em plena calma".

#### **BIBLIOGRAFIA DÊSTE CAPÍTULO :**

- ANÍSIO JOBIM — Itacoatiara — Aspectos Social, Político, Geográfico e Descritivo.



## Capítulo X



# Cronologia dos Prefeitos de Itacoatiara

**D**OS VINTE E SEIS representantes do Município de Itacoatiara, dez receberam o título de Superintendentes Municipais, nove foram nomeados pelo Governo do Estado, cinco foram eleitos por sufrágio universal direto e dois subiram ao poder eleitos indiretamente pela Câmara Municipal. A êsse total deveriam ser acrescentados alguns mais, como por exemplo os presidentes do Poder Legislativo Municipal, que funcionaram como chefes comunais, embora interinamente, quando da ausência dos titulares. Mas o meu intuito é somente fixar nestas linhas aquêles que mereceram — e têm merecido — tal título. Começarei a enumerá-los a partir do ano de 1893, assim relacionados :

## **Superintendentes :**

Álvaro Botelho de Castro e França — esteve no poder de 1893 até fins do ano de 1896;

Avelino Rodrigues — seu governo foi transcrito de dezembro de 1896 até princípios de 1898;

Joaquim Alves de Lima Verde — governou no biênio 1898-1900;

João Pereira Barbosa — dirigiu a comuna itacoatiarense entre os anos de 1901 a 1909;

Coronel Joaquim Francisco de Queiroz — durante seis anos esteve à testa da Prefeitura : de 1910 a 1916;

Coronel João da Paz Serudo Martins — exerceu o cargo de Superintendente Municipal entre os anos de 1917 a 1919;

Coronel Francisco Olímpio de Oliveira — dirigiu os destinos de Itacoatiara de 1920 a 1924;

Major Antonio Joaquim de Souza — somente um ano exerceu o mandato, de 1925 a 1926;

Isaac José Peres — teve o mandato iniciado em março de 1926 a março de 1930;

Dr. Abílio Nery — governou apenas sete meses, porque em outubro de 1930 os revolucionários comandados pelo gaúcho Getúlio Dornelles Vargas subiram ao poder federal, estabelecendo, assim, um govêrno discricionário que durante o largo período de 15 anos subjugou o país. Daí em diante, o Interventor Federal do Amazonas nomeou os seguintes :

Manoel Justiniano de França — governou de novembro de 1930 a fevereiro do ano seguinte;

Dr. Manoel Severiano Nunes — dirigiu os trabalhos comunais durante o curtíssimo período de seis meses, de março de 1931 a setembro do mesmo ano;

Dr. Manoel Machado Barbuda — de setembro de 1931 a janeiro do ano seguinte;

Capitão Gonzaga Tavares Pinheiro — de fevereiro de 1932, ano do ocorrido da Batalha Naval, a janeiro de 1935;

Dr. Hermínio de Carvalho — esteve chefiando o Executivo Municipal de 1935 a 1937;

Alexandre José Antunes — governou entre 1937 e 1942;

Francisco do Couto Valle — de outubro de 1942 a março de 1944;

Osório Alves da Fonsêca — do mês de março de 1944 a outubro de 1946;

Capitão Francisco Trigueiro Sobrinho — êste chefe comunal dirigiu os trabalhos municipais sòmente de novembro de 1946 a setembro de 1947, quando o povo voltou a eleger seus representantes.

Com a redemocratização do Brasil, houve eleições municipais em 1947, sendo, de lá para cá, os

### **ELEITOS :**

Comerciante Antonio de Araújo Costa — de janeiro de 1948 a janeiro de 1952;

Teodorico de Almeida Nunes — eleito em 1951, empossou-se em janeiro de 1952, porém não chegou a completar seu mandato. Circunstâncias políticas fizeram-no afastar-se em 1955;

Pedro Santarém Penalber — eleito pela Câmara Municipal para completar o mandato do sr. Teodorico Nunes, governou de 1955 a janeiro de 1956;

Raimundo Perales — chefiou o Executivo Municipal, no período de janeiro de 1956 a janeiro de 1960;

Acácio Soares de França Leite — eleito a 3 de outubro de 1959, tomou posse no cargo em janeiro de 1960, governando até agosto de 1963;

Agrônomo Luiz Soares de Medeiros — eleito pela Câmara de Vereadores para substituir e completar o mandato do sr. Acácio Leite, governou de agosto de 1963 até princípios de 1964;

Professor Galdino Girão de Alencar — eleito nas eleições municipais de 7 de outubro de 1963, tomou posse em janeiro de 1964.

#### **BIBLIOGRAFIA DESTE CAPÍTULO :**

- Aula de História proferida pelo prof. Padre Francisco da Silveira Pinto, em 1961 no Ginásio Comercial de Itacoatiara;
- Informações prestadas por diversas pessoas de Itacoatiara, inclusive minha extinta avó.

## Capítulo XI



## Movimento Religioso

**N**OVENTA E SETE POR cento da população do Município pertence a religião católica. Os três por cento restantes são distribuídos entre outras seitas (protestantismo, adventismo, espiritismo, etc.).

O protestantismo ou religião dos batistas promove seu culto num templo vistoso e moderno, construído recentemente em substituição a um antigo que ficou transformado em escola, e se localiza na confluência das ruas 15 de Novembro e Eduardo Ribeiro. As demais seitas não têm ainda sede própria, antes funcionam em residências de particulares. No entanto, a religião do Sétimo Dia ou Adventismo, está construindo na Avenida Conselheiro Rui Barbosa, canto com a rua Nossa Senhora do Rosário, monumental prédio, de linhas severas e modernas. Segundo o pastor adventista Waldomiro Reis, breve será erguido em terreno fronteiriço ao prédio da igreja, um colégio que funcionará como externato.

A religião católica tem sua história ligada às raízes da existência de Itacoatiara. Aliás, consoante depoimento do consagrado historiógrafo conterrâneo Arthur Cezar Ferreira Reis, das oitenta cidades que se ergueram na Amazônia, trinta são antigas fundações de religiosos. O primeiro conglomerado itacoatiarense foi fundado pelos padres da Companhia de Jesus.

Possui a Igreja Cristã, na cidade, notável rêde de templos e escolas. Além da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Rosário, padroeira do povo itacoatiarense, existem espalhados pela cidade, as capelas de Nossa Senhora de Nazaré, do Divino Espírito Santo e o Santuário de São Francisco de Assis. Cresce a campanha que visa construir a capela de Santa Luzia, no bairro do mesmo nome.

O Ginásio Normal Nossa Senhora do Rosário, estabelecimento de ensino médio, e a Escola Paroquial, funciona sob o patrocínio da Prelazia de Itacoatiara.

Até o ano de 1963, Itacoatiara funcionou como simples paróquia, onde só trabalhava um sacerdote-vigário, coadjuvado por um capelão. De lá para cá, com a criação da Prelazia, o número de sacerdotes foi aumentado gradativamente. Sete padres, da ordem canadense de Scarborough, servem a população itacoatiarense e a dos municípios circunvizinhos, integrantes do território da Prelazia.

A Igreja Matriz levanta-se no Boulevard Getúlio Vargas, largo logradouro público, ajardinado, iluminado e arborizado. Segundo Francisco José Furtado, ela data de 1759. Foi visitada pelo Bispo do Pará, D. Antonio Brandão, em 1778, quando o referido religioso estava em viagens de visita às paróquias da Capitania.

Em relatório a respeito diz que a paróquia estava muito desfalcada de população por causa das expedições régias. Ainda naquele ano tinham fugido para o interior das matas muitas famílias, que haviam escapado das expedições que iam a Mato Grosso. "A Igreja — diz o chefe religioso paraense, — quando passei, estava em osso, negra e tôda esburacada; agora achei-a caiada e já com diferente aspecto;

Silva Coutinho, engenheiro construtor da época, descreveu o estado precário em que se encontrava o templo, em 1861: "A Matriz tem cinquenta palmos de frente e trinta e nove de fundos. As paredes construídas de estaca e argila, com um palmo de largura, sofrem com as chuvas do inverno

e precisam de reparos quase sempre. A cobertura é de telha, e o seu interior está decorado medíocemente. Há duas varandas laterais onde se reúnem os fiéis antes das missas e que concorrem para que o calor não seja tão forte no interior. Neste clima — termina o engenheiro a sua descrição — é de necessidade que os edifícios destinados às reuniões tenham varanda dos lados”.

Entre as relíquias encontradas na antiga Matriz, existia um cálice de ouro, provavelmente do tempo de D. João VI, e que, segundo Francisco de Araújo Lima, foi recolhido ao Arcebispado de Manaus.

É de relevância o trabalho empreendido pelos padres responsáveis pela Prelazia, dentro do campo social. A assistência dispensada aos menos favorecidos da sorte, quer religiosa, médica ou alimentar, torna-se extraordinária e dispensa maiores comentários. Os chamados “Alimentos para a Paz” da Aliança Para o Progresso, são distribuídos em grande quantidade aos necessitados da cidade e do interior do Município.

A humildade e a dedicação religiosa dos padres canadenses, a par de seu grande espírito humanitário, são bem característicos. Tudo isso vem contribuindo para a socialização da Igreja de Cristo, que se torna, dia a dia, autêntica timoneira das conquistas sociais de Itacoatiara e do Mundo.



## Capítulo XII



## Área, População e Limites

NA DIVISÃO ADMINISTRATIVA referente ao ano de 1911, o Município de Itacoatiara figurava com 9 distritos : Itacoatiara, Pirapitinga, Amatari, Curarizinho, Apipica, Iauanaçu, Caapiranga, Castelo e Lago do Soares.

No ano de 1930, por força da Lei n.º 45, de 28 de novembro do mesmo ano, o Município de Urucará foi anexado ao de Itacoatiara. No ano seguinte, o mesmo acontecia com o Município de Urucurituba, em virtude do Ato Estadual n.º 33, de 14 de setembro de 1931.

Na divisão administrativa de 1933 figurava o Município com apenas um distrito — o da sede.

Com a reconstitucionalização do Estado, em 1935, Urucará e Urucurituba retornaram à sua antiga classificação de Município que haviam perdido em 1930 e 1931, respectivamente, quando foram tornados anexos ao de Itacoatiara.

A Lei n.º 96, de 19 de dezembro de 1955, fêz-nos perder os distritos de Ambrósio Aires e Murutinga, que a partir de então, passariam a figurar como componentes do novo Município de Autazes, o mesmo acontecendo com parte do subdistrito de Curupira para o também novo Município de Nova Olinda do Norte.

Em relação aos demais do nosso Estado, o Município de Itacoatiara é pequeno. Em 1940 possuíamos a superfície diminuta de 6.848 Km<sup>2</sup>. Uma revisão político-administrativa no Estado outorgou para o Município a área de 12.712 Km<sup>2</sup>. Isso, em virtude do Decreto-lei n.º 1.186, de 31 de dezembro de 1943.

Presentemente, não podemos dar uma definição exata de quanto possua de área o Município de Itacoatiara. Mesmo porque foram criados outros municípios nos seus arredores, bem como outros foram reintegrados novamente ao seu território. Presumo, no entanto, que possua uma superfície aproximada de 8.000 Km<sup>2</sup>.

Em 1950, conforme recenseamento geral efetuado pelo Conselho Nacional de Geografia e Estatística, Itacoatiara possuía a população de 30.102 habitantes, total êsse composto de 15.449 homens e 14.653 mulheres. Colocava-se como o Município mais populoso do Estado do Amazonas, depois do da Capital.

Os desmembramentos havidos no território itacoatiarense fizeram diminuir êsse total, ficando, em 1960, com aproximadamente 20.000 almas. Em nossos dias eleva-se a 28.000 habitantes, morando na cidade (quadros urbano e suburbano) calculadamente 60% da população, isto é, 16.800 pessoas, enquanto que os 40% restantes vivem no quadro rural (11.200 pessoas).

Ainda assim, é dos municípios mais populosos do Estado, figurando como o quarto depois de Manaus, Manacapuru e Parintins. Entretanto, a sede municipal é a mais importante do Amazonas, demograficamente, sendo apenas ultrapassada pela Capital.

Depois de Manaus, Careiro e Parintins, é o Município de Itacoatiara o que apresenta maior densidade demográfica.

fica, dentro do Estado. A sua população relativa era, em 1960, de 1,9 habitantes por quilômetro quadrado, enquanto que a do Estado era de 0,32 habitantes.

O Município de Itacoatiara faz limites com os de Autazes, Careiro, Itapiranga, Manaus, Nova Olinda do Norte e Urucurituba.

### **BIBLIOGRAFIA DÊSTE CAPÍTULO :**

- ANÍSIO JOBIM — Itacoatiara — Aspectos Social, Político, Geográfico e Descritivo
- I.B.G.E. — Enciclopédia dos Municípios Brasileiros — Vol. I.



## Capítulo XIII



## Rêde Hidrográfica

**N**A HIDROGRAFIA DO Município de Itacoatiara, como na de tôda a Amazônia, conta-se entre a grande rêde fluvial, onde se sobressai o Amazonas e seus grandes tributários, vasto número de igarapés, furos, paranás, lagos e igapós. Afora o grande rio, há o Madeira, o Urubu, o Prêto e inúmeros pequenos subafluentes.

O Amazonas é caracteristicamente um rio de planície. Nasce como um finíssimo fio d'água no alto dos cumes nevados dos Andes do Peru, onde uma geleira de tons azulados gruda-se à face de uma montanha. Da beira inferior do campo de gêlo andino escorrega o minúsculo fio líquido em cascata e, indo juntar-se a outros regatôs, ganha velocidade "e não tarda a ser um rio de verdade, arrastando lama pardacenta em sua furiosa descida". Pois é aí, "no teto gelado da América do Sul, a apenas 110 quilômetros da costa do Oceano Pacífico, que nasce o titânico Amazonas" (David Reed — escritor norte-americano).

Descendo com impetuosa fôrça a imensa cordilheira, onde tem o nome de Maranon, deixa a sua nacionalidade e, perdendo o seu nome primitivo, passa a chamar-se definitivamente Amazonas. Começa, então, a percorrer a considerável extensão de mais de 3.500 quilômetros em território brasileiro. Irrupendo através de cerradas florestas, transforma penhascos em ribanceiras abruptas; rasgando o sertão bruto e tórrido, não respeita canais, não tolera nenhum

obstáculo; engolfando e obliterando tudo o que encontra no caminho, lança-se no Oceano Atlântico, inundando-o de lama doce 150 quilômetros além da costa do Pará. Na sua indômita descida o grande rio vai recebendo novas águas, procedentes de novos e amplos tributários.

O Amazonas foi explorado pelo capitão espanhol Francisco de Orelana que, em 1539, partiu da cidade equatoriana de Quito, onde governava Gonçalo Pizarro, para lançar-se à gloriosa epopéia de explorar um grande rio que segundo voz corrente entre os indígenas, "continha estupendas riquezas, guardadas por tribos indomáveis, entre as quais devia achar-se a nação do famoso Eldorado" (Mavignier de Castro, in *Amazônia Panteísta*).

A expedição fôra organizada para partir no Natal daquele ano, e foram seus componentes mais de cinquenta soldados, dois religiosos e dez remadores índios, "formando a guarnição de dois bergantins e três galeões construídos nas agrestes ribanceiras do alto rio Coca, pelo mestre entalhador Diego Mexia".

Muitos dias de viagem sucederam ao da partida. Orelana e seus homens, confiantes e impávidos desciam o grande rio, travando duras refregas com os índios hostis. Nessas lutas, nem sempre seus arcabuzes poderosos levavam a melhor sôbre as ligeiras e silenciosas flechas dos nativos.

Ao chegar na foz do rio Nhamundá, Orelana teve que retroceder. As varonis mulheres guerreiras, as Icamiabas, lhe deram cerrado combate. Como as atacantes tivessem os cabelos compridos até as espáduas, o explorador hispânico, que antes houvera dado ao rio o seu próprio nome, batizou o colosso flumíneo com o título de rio das Amazonas, talvez por analogia às mitológicas mulheres guerreiras da Ásia.

O Amazonas é um rio de proporções enormes, cujo volume, desde os primórdios, tem despertado a curiosidade

de quantos lhe visitam, arrancando revelações dos maiores sábios a respeito de sua grandiosidade, merecendo a justa denominação de Mar Dulce.

A largura considerável do rei dos rios, que em algumas partes tem suas margens distanciadas 80 quilômetros uma da outra, em cujos meios se localizam numerosas ilhas, tem permitindo a fácil introdução dos maiores transatlânticos para o interior da Amazônia. Subindo o gigantesco caudal, navios de grande calado alcançam os rincões fronteiriços do Peru.

Possuindo cêrca de mais de cento e oitenta afluentes e subafluentes, o grande rio forma um sistema fluvial tão extenso e nunca visto, que somente dentro dos nossos limites territoriais, dispõe de quase 25.000 quilômetros perfeitamente navegáveis.

O rio é de grande beleza nos seus panoramas, na ondulação das suas margens, onde assenta uma vegetação tropical esplêndida e inigualável. O seu leito guarda riquezas imensuráveis e nunca vistas.

## II

O rio Madeira é um dos maiores, senão o maior contribuinte do Amazonas pela margem direita. Nasce na Bolívia, atravessa o Território Federal de Rondônia e, após percorrer a considerável extensão de quase 3.000 quilômetros, lança-se no rio-mar. Ziguezagueando no seu longo curso, alarga-se a espaços consideráveis algumas vêzes, estreitando-se em outros lugares.

Às suas margens localizam-se os maiores exemplos de vegetação, plantas oleaginosas, madeiras de construção de primeira ordem, plantas utilíssimas para a medicina, árvores mais duras que o próprio ferro, mais resistentes que o aço, cipóais, palmeiras, mas sobretudo a castanheira e a

árvore dadivosa da borracha, a seringueira, distribuem-se pelos seus 6.000 quilômetros de margens.

Aparece o Madeira como uma das artérias fluviais mais explorada e povoada dos tempos da Amazônia colonial. Povoações as mais antigas, fundadas e criadas à luz do esforço e da coragem inteligente e empreendedora dos padres Jesuítas, desapareceram e as que restam não têm tido progresso acelerado. No entanto, existem ao longo de suas margens a bela e pequenina Borba antiga, a trepidante Humaitá de hoje, a velha e tradicional Manicoré de nossos dias, além de outros povoados situados nos altos barrancos do rio, onde a primitividade e a rusticidade são traços principais e característicos.

O descobrimento do rio Madeira deve-se a Vicente Yanes Pinzon, que entrando no Amazonas, em janeiro de 1500, conduziu as quatro caravelas que compunham o grosso de sua expedição e, percorrendo grande parte do imenso volume fluvial, regressou em seguida ao rio-mar.

Em 1754 subiu suas águas o Capitão-General Francisco Xavier de Mendonça Furtado, Governador das Capitânicas reunidas do Pará e Maranhão, que houvera entrado no rio a fim de estabelecer a Vila de Borba.

O rio Madeira é o caminho dos regatões, comerciantes embarcados, que, percorrendo o colosso fluvial em embarcações de vários tipos e tamanhos, conduzem mercadorias adquiridas em Manaus, Itacoatiara e noutros centros populacionais maiores, para serem vendidas a trôco de produtos regionais que lhes abundam as margens, tais como peles, castanha, borracha, sernambi, juta, etc.

As explorações do Madeira datam de longo tempo, ainda dos idos coloniais. Por muitos anos estêve interdita a navegação por êste imenso afluente do Amazonas, em virtude da política sigilosa de Portugal, em não desvendar aos aventureiros o majestoso e imponente rio, conforme

depoimento de Anísio Jobim : "A gente lusa havia que evitar o desvio do ouro e dos diamantes das minas de Mato Grosso".

Descrevendo o grande afluente de águas lamacentas, o Prêside da Província do Amazonas, Francisco José Furtado, assim se expressou : "O rio Madeira, pela uberdade de suas terras, riquezas de produtos naturais e fácil navegação, no curso de quase duzentas léguas, oferece vantajosas proporções para o ensaio de colônias nacionais".

O nome Madeira foi dado pelos portugueses, pois seu topônimo primitivo era Caiari. Os navegadores lusos, impressionados com a quantidade enorme de paus que baixavam as águas do rio, arrastados pela força imponente da correnteza, deram-lhe tal predicado.

O rio possui uma bacia hidrográfica de mais de 1.245.000 Km<sup>2</sup>, o que lhe confere importância igual ou superior à do poderoso Nilo.

\* \* \* \*

Banhando grande parte do Município de Itacoatiara, nasce o rio Urubu no paraná do Uatumã, em terras municipais de Uruará. De largo curso, encachoeirado, o pequeno afluente de águas negras foi sulcado por tropas de resgate em 1664, "dando-se nêlo, nas suas margens, uma verdadeira batalha entre colonos portugueses e índios aliados do Baixo Amazonas e Tapajós, e as hordas do rio Urubu, os Buruburus, os Caboquenas e Guanavenas", índios ferocíssimos.

Em 1668 foi visitado por Pedro da Costa Favela, "oficial acostumado às razzias feitas aos selvagens", e muitos anos depois, pelo sábio, arqueólogo e linguista Bernardo de Azevedo da Silva Ramos, que lhe estudou as lendas e desenhos gravados em pedras.

Nas matas do rio Urubu existe enorme quantidade de madeiras de construção, encontrando-se as melhores

espécies. A balata é abundantíssima, assim como a copai-  
ba, o cumaru e o pau-rosa.

Presume-se que o solo do Urubu possua jazidas mine-  
rais. Este, fertilíssimo, auxilia no ensaio da agricultura. A  
riqueza da flora e da fauna é muito variada e exuberante.

Nas cercanias e terras mais distantes de suas margens  
são vistos bonitos campos de criação, onde pastam espécies  
de gado vacum. A casa do caboclo contrasta com as plan-  
tações de milho, mandioca, cana, gerimum e melancia.

A visão que se descortina nos panoramas do rio é de  
notável beleza. As suas exuberantes e tropicais florestas;  
os seus estreitos e profundos igarapés, onde abunda o pes-  
cado saboroso; a placidez e ondulação de suas águas ne-  
gras, magnetizam a quantos lhes visitam.

O rio Urubu é encachoeirado, destacando-se no seu  
curso as quedas de Iracema e Lindóia.

\* \* \* \* \*

O rio Prêto não tem ainda suas cabeceiras bem de-  
terminadas. Suponho, todavia, que tenha sua nascente  
no rio Urubu, indo desaguar no paraná da Eva. A bôca  
não é larga, como todo o seu curso, porém suas águas são  
profundas. Não terras que lhes são adjacentes cresce uma  
selva pujante.

\* \* \* \* \*

Dos inúmeros lagos existentes no território do Muni-  
cípio de Itacoatiara, destacam-se pela sua extensão, rique-  
zas florestais, abundância do pescado e profundezas de  
suas águas, os de Serpa e Miratuba. Outros há sem muita  
importância, porém riquíssimos na flora e na fauna, tais  
como os lagos do Canaçari, do Sargento, das Pedras, e nu-  
meros outros cursinhos, os paranás e os igarapés.

Um dos igarapés, o de Bôca do Padre, tem uma narrativa muito interessante. Situa-se a algumas milhas da cidade de Itacoatiara, à margem esquerda do rio Amazonas e não muito distante de Manaus, "cujo topônimo ainda não figura nos mapas geográficos".

Quem nos dá a definição exata do igarapé é Antônio Cantanhede que há muitos anos estêve radicado em Itacoatiara. Diz-nos o escritor, em recente trabalho publicado sob o título "Outras Histórias do Amazonas", à pág. 73, que o estreito curso d'água vem de muito longe, sendo certo, como o afirmam os seus conhecedores, que sua nascente fica às proximidades do alto rio Urubu.

E prossegue :

"Contam que certa vez, vindo de Itacoatiara com destino a Manaus o industrial Aquilino Barros, por descuido do pessoal remador de sua pequena embarcação, uma canoa, foi esta tragada pela violenta correnteza das águas dêsse igarapé, as quais, ao contrário das demais, corriam com ímpeto para dentro e não para fora como sucede e se explica pela descida das massas líquidas.

"Levou, pois, a pequena embarcação de águas acima, alagando-a, do que resultou ficarem os seus navegantes à margem, com o prejuízo de quanto traziam, daí passar, desde êsse momento, a ser conhecida a embocadura dêsse igarapé por Bôca da Gulosa".

A notícia do acontecido correu de bôca em bôca, ficando, desde êsse momento o igarapé conhecido por tal título.

Mais tarde, em passagem para Itacoatiara e procedente de Manaus em viagem de desobriga, o padre Dácio passou o mesmo vexame do industrial Aquilino Barros, pois sua canoa "foi também engolida por aquela traiçoeira corredeira", ficando, daí por diante, conhecido o estreito curso d'água por Igarapé Bôca do Padre, em homenagem à passagem daquele reverendo.

O padre Joaquim Pereira também passou pelo mesmo acontecido. "Este, ao sofrer o mesmo vexame porque passaram os dois anteriores, tentou mudar o topônimo da embocadura do igarapé para Bôca da Desgraça, o que não conseguiu, pois o povo já estava afeito ao antigo, daí continuar êsse longo e estreito curso d'água — IGARAPÉ; — que na língua tupi-guarani significa CAMINHO DA CANOA, com o topônimo já de há muito conhecido: Igarapé Bôca do Padre".

\* \* \* \*

Além dos rios, lagos, igarapés já citados, extensa rêde de igapós cobre grande parte das terras itacoatiarenses. São matas, terras inundadas, onde as espécies vegetais têm suas raízes mergulhadas.

Em plena sede do Município, nos seus arredores, vêem-se dois exemplos bem característicos — o igapó do Jauari, que separa o bairro do mesmo nome do centro da cidade, tendo suas nascentes nas imediações das instalações da Rádio Difusora de Itacoatiara, e correndo em linha reta, alcança o Mercadinho; e o do bairro da Colônia que, partindo da Fazenda Rattes, na parte sul, faz uma curva para o lado do leste, indo alagar grande parte das terras que são fronteiras ao Matadouro Municipal, onde é cortado ao meio pelo enorme atêrro da Estrada Manaus-Itacoatiara, até a Fazenda Poranga, onde abunda a vitória-régia.

Desenvolvem-se ao longo dessas áreas alagadas associações diversas de vegetais. É a imbaúba, o jauarizeiro, o taxizeiro, a munguba, mas sobretudo a aninga. Suas folhas, seu ajuntamento, seu porte dão um colorido todo especial a essas áreas inundáveis, imitando extensos jardins agrestes.

O igapó é viveiro de peixes saborosos. Pululam em suas águas, a sanguinária piranha, a voraz traíra, o tambaqui, a pirapitinga, a sardinha, o pacu, o cará, etc.

Às suas margens vêm pousar a branca garça, o veloz gavião, cujos bicos buscam com impaciência e sofreguidão os peixes menores.

Igapó vem da palavra Igau-pé, que na terminologia indígena significa caminho só acessível à canoa.

### **BIBLIOGRAFIA DÊSTE CAPÍTULO :**

- DAVID REED — Artigo na Revista Seleções Reader's Digest, outubro de 1963.
- MAVIGNIER DE CASTRO — Amazônia Panteísta.
- JOÃO NOGUEIRA DA MATA — Flagrantes da Amazônia.
- FRANCISCO FURTADO — Relatório — 1858.
- Revista do Instituto Histórico do Amazonas — 1948.
- ANTONIO CANTANHEDE — Outras Histórias do Amazonas.
- ANÍSIO JOBIM — Amazonas — Sua História.
- I. B. G. E. — Enciclopédia dos Municípios Brasileiros — I volume.



## Capítulo XIV



## Agricultura e Pecuária

O SOLO DE ITACOATIARA é perfeitamente agricultável. Aliás, da sua fertilidade, Francisco Xavier de Mendonça Furtado discorreu em longa carta endereçada ao Ministro de Ultramar, quando da transmutação do lugarejo para o seu novo e atual assento, em pleno século XVIII.

Muito embora a fertilidade do solo itacoatiarense ofereça perspectivas notáveis para o incremento da lavoura, continuamos ainda a receber o que a natureza nos dá. O monoextrativismo, processo nulo, negativo, "herdado por transmissibilidade de hábito e costume de nossos ameríndios", no ousado dizer de Aurélio Carneiro de Andrade, é o método preferencial do caboclo hinterlandino. E isso — esclareçamos, — não é problema local, antes regional.

Obviamente, as técnicas e os processos sistemáticos e modernos de plantação e do tratamento da terra — coisa que infelizmente ainda não possuímos, — estão a demonstrar positividade na agricultura, pois dão a qualquer setor agrário boa produtividade, oferecendo ainda perspectivas compensadoras à bolsa aquisitiva: além do aumento quantitativo do produto, os preços tornam-se mais baixos.

A Amazônia ainda não mereceu o carinho de uma política agrária. O meio físico amazônico, vasto porém desprovido do povoamento, é uma constante preocupação dos corações patriotas. A exploração das chamadas riquezas

espontâneas da região nunca foi disciplinada e racionalizada. A falta de defensores dessas riquezas naturais foi a causa da transferência para outras áreas, das matizes que viriam a formar, depois, verdadeiros impérios econômicos da Ásia.

O Seringal ETA-54, plantado há oito anos às margens do rio Urubu, cujas plantações ficam a se perder de vista na paisagem da Estrada AM-1, fruto de um convênio firmado entre o Governo do Estado do Amazonas e o Instituto Agrônomo do Norte, está a demonstrar a validade da experiência técnica. Dentro em pouco e milhares de seringueiras serão entregues ao corte. Quando isso acontecer, a produção da borracha crescerá enormemente, o que fará granjear mais recursos monetários para o Município.

Diga-se da contribuição extraordinária que os japoneses prestaram à economia itacoatiarense e quiçá amazonense, quando da introdução da fibra indiana, a juta, nas terras do Baixo Amazonas. A ação do velho japonês Oyama, o pioneiro da jicultura amazônica, foi propagada pelo caboclo. Pouco depois era a juta tida como nova fonte de riqueza da imensa região.

A implantação da Estrada Itacoatiara-Manaus, veio dar grande impulso à produção agrícola, que sempre foi dos principais sustentáculos econômicos do Município. Instalaram-se ao longo das margens da rodovia, até o rio Urubu, num percurso de 21 quilômetros, muitas colônias de agricultores. Em consequência, cresceu a produção da juta, do milho e de outros cereais, especialmente o arroz. A produção de frutas, bananas, abacate, melancia, mamão, etc., tornou-se bastante crescida.

Até o ano de 1960, era a seguinte a posição do Município de Itacoatiara, frente aos demais do Amazonas, no campo da produção agrícola :

Principal produtor de sôrva e de óleo de copaíba;

Segundo produtor de cacau e de madeira beneficiada;  
Terceiro produtor de juta e de essência de pau-rosa.

A nossa produção alimentícia não é das piores. Produzimos farinha de mandioca, feijão e arroz. A importação desses gêneros de primeira necessidade diminuiu bastante com a criação das colônias agrícolas da AM-1.

A distribuição de sementes, de instrumentos agrícolas, além de instruções para o melhor aproveitamento do solo para plantio, são passos já iniciados para a prosperidade da agricultura itacoatiarense. As atribuições dos órgãos federais instalados na sede municipal, como por exemplo o Fomento Federal, se dinamizadas, oferecerão amplas oportunidades para a lavoura e a pecuária.

Não obstante a insuficiência das nossas "cacaías" e a falta de campos de bom pasto e de engorda, nem por isso deixamos de possuir umas 15.000 cabeças de gado, em todo o Município. As zonas de maior produção são os campos do Paraná da Eva e do rio Urubu. Ainda assim, importamos gado do Baixo Amazonas para auxiliar no suprimento da carne verde para o sustento de nossa população. Em menor quantidade, existem as espécies equina, suína, ovina e caprina. A criação de aves se estende por toda a área municipal. Patos, galinhas, perús e picotes são encontrados até nos terreiros das casas residenciais da área urbana da cidade de Itacoatiara.

#### **BIBLIOGRAFIA DÊSTE CAPÍTULO :**

- Sinopse Histórica do Município de Barreirinha — de autoria de Aurélio Carneiro de Andrade.
- I. B. G. E. — Enciclopédia dos Municípios Brasileiros — Vol. 1.
- COSME FERREIRA FILHO — Amazônia em Novas Dimensões.



## Capítulo XV



## Comércio, Indústria, Pôrto e Bancos

O COMÉRCIO DE ITACOATIARA é um dos maiores do Estado e um dos mais desenvolvidos da região amazônica. Na sede municipal contam, atualmente, mais de 95 estabelecimentos comerciais varejistas e mais de 6 atacadistas, o que demonstra ser bastante considerado.

A praça de Itacoatiara mantém transações mercantis com as de Manaus, Belém, Santos, Rio de Janeiro e Paranaguá, no Brasil, e com as de Liverpool, Iquitos e Nova Iorque, portos principais da América e da Europa, para onde exporta castanha-do-Pará, juta, sôrva, borracha, madeiras, essência de pau-rosa, cacau, peles e couros silvestres. Importa tecidos, louças, ferragens, conservas, calçados, miudezas, etc.

A agricultura é a principal atividade econômica do Município, graças, principalmente, à intensificação da jicultura, cujo valor da produção é cêrca da metade do valor de tôda a produção agrícola municipal. O cacau apresenta-se como o segundo colocado no valor total da produção, vindo a seguir : laranja, banana, abacate e mandioca.

É das mais importantes do Estado a produção extrativa vegetal, colocando-se como principais produtos : borraça, castanha-do-Pará, essência de pau-rosa, sernambi, sôrva, balata e madeiras. A produção extrativa animal (peixes, peles e couros silvestres) é também muito desenvolvida

Principais estabelecimentos comerciais atacadistas :

Abdon Mamede & Cia.

Irmãos Olímpio

W. F. de Araujo & Cia. Ltda.

Ilídio Ramos, Irmãos

Importadora Itacoatiara, Ltda.

Há no Município duas fábricas de bebidas, duas usinas de beneficiamento de pau-rosa, uma das quais situada nas cercanias do rio Urubu, também várias de beneficiar juta, uma de beneficiar borracha e uma de beneficiar arroz. A indústria de panificação é bastante desenvolvida, notando-se, na cidade, quatro padarias. Regular é o fabrico de telhas de cimento e tijolos de barro.

O Grupo Sabbá mantém, instalada na Estrada do Stone, uma serraria de beneficiar madeira, bem aparelhada.

Principais firmas industriais de Itacoatiara :

Martins Melo, S. A. — Indústria e Comércio (filial)

Companhia Brasileira de Fiação e Tecelagem de Juta (filial)

I. B. Sabbá & Cia. Ltda. (filial)

Raimundo Gomes & Irmão.

Ezagui & Cia.

Chibly & Cia.

Indústria de Bebidas Xexuá, Ltda.

Indústria de Guaraná, Ltda.

J. S. Fernandes.

Osmar Marques Vital.

Embora seja desprovido de um cais acostável, o pôrto de Itacoatiara possui um movimento bastante intenso. Gaiolas, navios a vapor de pequeno, médio e grande calados,

tocam o pôrto da cidade. Conduzem para cá a louça, a conserva, a bebida, o utensílio doméstico e o material elétrico, em troca da juta, da borracha, da sôrva e de outros produtos regionais.

Segundo dados censitários adquiridos na Agência Municipal de Estatística e na Mesa de Rendas de Itacoatiara, e comparados, acostam anualmente no pôrto itacoatiarense uma média de 320 navios diversos, com mais de 200 toneladas de registro, movimento êste que outorga para o Município o segundo lugar em importância no âmbito estadual e um dos principais, no âmbito regional. Para a complementação dêsse movimento, medida necessária que deve ser tomada de imediato, é a construção do cais flutuante, projetado há muitos anos, cuja planta se encontra dependurada no salão nobre da Prefeitura Municipal.

Itacoatiara é um dos poucos Municípios do Estado que tem movimento bancário. Há na sede municipal três agências de estabelecimentos de crédito, ditas na ordem de instalação : Banco do Brasil S. A., Banco de Crédito da Amazônia, S. A. e Banco do Estado do Amazonas, S. A.

### **BIBLIOGRAFIA DÊSTE CAPÍTULO :**

— I. B. G. E. — Enciclopédia dos Municípios Brasileiros — Vol. I.



## Capítulo XVI



## Meios de Transporte e Comunicação

O TRANSPORTE DA AMAZÔNIA existe em função do rio. Assim foi no período da colonização alie-nígena. Ainda é assim nos dias atuais. O caboclo amazô-nico conduz suas coisas de um lugar para outro, às vêzes gastando dias na empreita, na sua "montaria" flutuante. Se no Nordeste o burro de carga é comumente usado como meio de condução, na Amazônia é a canoa, o motor de pô-pa, o barco a vapor que singrando as águas mansas dos rios, dos lagos, dos igarapés e dos furos menores, promovem uma verdadeira movimentação diária. O movimento de veículos motorizados só é tido nas cidades principais.

Até o ano de 1955 não existia, no Estado do Amazonas, uma única rodovia que ligasse uma comunidade a ou-tra. Sòmente agora é que se acelera com dinamismo a construção, iniciada naquele ano, da Estrada AM-1, ligando Itacoatiara à Capital, e que promoverá a verdadeira inte-gração do interior amazonense, permitindo, ainda, com a criação de colônias agrícolas no seu percurso, melhor abas-tecimento para as duas maiores cidades do Estado, no to-cante aos gêneros alimentícios, tão escassos e necessários. É uma obra arrojada de 280 quilômetros de extensão, ver-dadeira vitória do homem sôbre a floresta virgem imensa.

A conclusão dessa estrada oferecerá amplas possibili-dades de crescimento para Itacoatiara que, situada na mar-gem esquerda do Amazonas, tem nesse rio sua principal via de transporte. O Município é regularmente servido pelas seguintes companhias de navegação: Serviços de Navega-ção da Amazônia e de Administração do Pôrto do Pará; So-

bral Santos, S. A., Indústria e Comércio; Sami Naif Daibs. Companhia Ajuricaba, J. A. Leite & Cia. Ltda., Empresa Ademar Mendes Pacheco, além de outras menores. Ancoram no seu pôrto navios de grande calado, como os das Companhias Netumar, L. Figueiredo, etc.

A cidade possui um aeroporto capacitado a receber no futuro aviões de qualquer espécie. A Companhia Aérea Cruzeiro do Sul mantém uma agência na sede municipal. Aviões do tipo Catalina e Douglas DC-3 servem à população quase que diàriamente.

O transporte rodoviário desenvolveu-se espetacularmente, desde a implantação dos 21 quilômetros da Estrada Itacoatiara-Manaus, distância compreendida entre a cidade e o rio Urubu. Regular é o número de veículos, grande é o número de bicicletas, que se torna o meio de condução preferido pelo povo de Itacoatiara. Mais de oitocentas existem espalhadas pela cidade e inscritas na Delegacia Geral de Polícia.

Quanto aos meios de comunicações, não padece dúvida de que seja Itacoatiara a mais bem servida de tôdas as demais cidades interioranas do Estado. Além da Agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, há na sede municipal a Rádio Difusora de Itacoatiara, estação ZYB-23, operando em ondas médias, e a Companhia Telefônica da Amazônia, S. A., encarregada do movimento telefônico da cidade. Ambas têm prestado relevantes serviços à população itacoatiarense. Existe mais de 150 ligações telefônicas domiciliares na cidade.

É de se registrar o trabalho levado a efeito pelo serviço rádio-telegráfico do Destacamento da Fôrça Aérea Brasileira localizado nas imediações do Aeroporto da cidade. Para se ter um exemplo concreto da sua extraordinária eficiência, basta dizer que dos dois últimos desastres pavorosos ocorridos na Estrada AM-1, setor itacoatiarense, onde

foi grande o número de feridos (mais de quarenta de cada vez), não houve muita perda a lamentar, devido a ação dos rádio-amadores da FAB. Comunicando as ocorrências às autoridades estaduais e solicitando ajuda, dada a falta de leitos hospitalares em Itacoatiara, foram atendidos imediatamente, sendo os feridos transportados por via aérea e internados nos nosocômios da capital baré.

### **BIBLIOGRAFIA DÊSTE CAPÍTULO :**

- I. B. G. E. — Enciclopédia dos Municípios Brasileiros — Vol. I.
- Cia. Telefônica de Itacoatiara — Lista Telefônica.



## Capítulo XVII



## Am - 1: A Pioneira

**D**ISSE, EM CAPÍTULO ANTERIOR, que o transporte amazônico existe em função das vias navegáveis. Na verdade, assim foi no período primitivo da conquista, e ainda é assim nos dias que correm. O processo da ocupação e do desenvolvimento regional está, portanto, ligado, preferentemente, ao sistema dos caminhos fluviais. Todavia, êsse meio de circulação que possibilitou ao homem a tomada de contacto com faixas de terras mais distantes, permitindo-lhe desbravar imensa área e descobrir riquezas, já deu a contribuição que dêle poderia ser solicitada no que tange ao devassamento da imensidão territorial. Começa-se agora a tentar vencer a pressão das vias navegáveis, com a abertura de caminhos terrestres, por onde venham a transitar veículos motorizados, possibilitando maiores relações e comunicações entre núcleos distantes. Tal sistema de transporte, que virá contribuir para a posse definitiva da Amazônia, já foi iniciado, e com êxito, pode-se dizer, porque a função civilizadora das centenas de quilômetros de rodovia construídos nestes últimos anos, demonstra-se extraordinária. Exemplo admirável de progresso e desenvolvimento regionais é-nos demonstrado pela Belém-Brasília, que por suas características de fazer ligar a Amazônia à região central dêste país, é tida como verdadeira estrada da integração nacional, e as que demandam o interior como a Manaus-Itacoatiara, a Humaitá-Lábrea e a Manaus-Manacapuru, estas totalmente no Estado do Amazonas.

A AM-1, que constitui tema único deste breve relato, é a primeira rodovia do Amazonas. Liga a cidade de Itacoatiara à de Manaus, num percurso de 280 quilômetros selva a dentro, na primeira tentativa séria de penetração no interior, para servir a uma região riquíssima em madeira e, provavelmente, em minérios, e prometedora em produtos agrícolas.

Iniciada há dez anos pelo Governador Plínio Coelho, teve, inicialmente, um ritmo acelerado de construção que foi pouco a pouco diminuindo, chegando mesmo a paralizar no Governo do professor Gilberto Mestrinho. Hoje, avança para a frente, em ritmo célere, tendo inclusive sua inauguração marcada para setembro próximo, segundo intenções do Governador atual, professor Arthur Cezar Ferreira Reis. Possui 80 quilômetros pavimentados, 150 terraplanados e desmatados 50.

Seu leito de pista é de dez metros, ladeados por quinze metros de cada margem. Seguindo a topografia do terreno, cheio de altos e baixos, ela quase nunca consegue grandes retas, embora obedeça, o quanto possível, à moderna técnica de construção.

Os 50 quilômetros desmatados estão a 130 quilômetros de Manaus e 100 quilômetros de Itacoatiara.

No quilômetro 40 do lado da Capital, numa clareira enorme, situa-se uma colônia de imigrantes japoneses que cultivam ali o guaraná, seringueiras, pimenta-do-reino e produtos horti-granjeiros. Pois, se a esses produtos adicionarmos madeira, juta e pecuária, aí teremos o elenco da produção principal da região, a qual, se bem incrementada e desenvolvida, dará grande impulso ao desenvolvimento econômico do Amazonas.

No lado de Itacoatiara são localizadas plantações também de seringueiras e de pimenta-do-reino, além de juta, arroz, milho, cana-de-açúcar, etc.

O impulso que Itacoatiara sofreu nas suas estruturas social e econômica, deve-se totalmente à construção da AM-1. Antes, muito antes de dar-se a implantação dessa rodovia, Itacoatiara não possuía caracteres de cidade em desenvolvimento. Vivia num verdadeiro estagnamento. Entretanto, depois, o que se viu : cresceu a sua densidade demográfica, prosperou o seu abastecimento alimentar e aumentou a sua configuração urbana.

Lembro-me, ainda era bem menino, quando chegaram as primeiras máquinas que iniciaram o serviço de terraplenagem da rodovia, no lado de Itacoatiara. Foi um assombro. O povo, que de veículo motorizado só vira até então um velho caminhão adquirido na gestão do Prefeito Teodorico Nunes, ficou possuído de uma curiosidade chocante e acompanhou de perto o movimento dos tratores, na tarefa árdua de varar a floresta.

Tais máquinas foram utilizadas também na abertura de ruas novas e no alargamento e expansão das já existentes. Decorre daí, pois, o aumento da área urbana de Itacoatiara. O Iraci, antes sítio pitoresco, hoje é bairro florescente. A Colônia não ia além das dezoito casas construídas por Mauá; hoje, tenta ultrapassar a Fazenda Rattes. O Jauari cresceu consideravelmente. Em suma, a cidade tomou ares de CIDADE.

O trabalho de desmatamento da Estrada Manaus-Itacoatiara foi efetuado dentro dos mais rudes e primitivos métodos, limitando-se às árvores mais altas a utilização de foices, terçados e machados, ficando para o trator a missão de derrubar as capoeiras de mato rasteiro e árvores de até cinco metros de comprimento. Ademais, as dificuldades de construção rodoviária na Amazônia são as piores possíveis. Além do problema da selva, que traz o desmatamento, há a frequência das chuvas que, com cheias e inundações, simplesmente impedem o trabalho. São causas do retardamento da conclusão da rodovia, portanto.

Centenas de homens trabalharam no desmatamento da AM-1. Ao esforço dessas criaturas, todos rudes, todos humildes, devemos uma rodovia de proporções magníficas.

A função da AM-1 é vária : função turística e econômica, sócio-econômica, além de que representará no futuro a causa principal do aproveitamento das riquezas do solo e sub-solo, e do aumento demográfico do Médio Amazonas.

Essa é a visão que temos da rodovia AM-1 : A PIONEIRA.

### **BIBLIOGRAFIA DÊSTE CAPÍTULO :**

- ARTHUR CEZAR FERREIRA REIS — A Integração da Amazônia na Civilização Brasileira — conferência pronunciada no Rio, em 1965.
- COSME FERREIRA FILHO — Amazônia em Novas Dimensões.
- Recorte de 'O Jornal' de Manaus — edição de 31 de maio de 1965.

## Capítulo XVIII



## Ensino - Aspectos Culturais - Esportes

ITACOATIARA É UM DOS municípios amazonenses de mais elevada percentagem de alfabetização. Em 1960 funcionavam no Município 60 escolas de curso primário, com 3.600 alunos matriculados. Dessas escolas, 40 funcionavam no quadro urbano e 20 eram distribuídas pelo setor rural. Atualmente, há em todo o Município mais de 150 unidades escolares de ensino primário fundamental comum, incluindo-se as particulares e as sustentadas pelos poderes públicos Municipal e Estadual; um estabelecimento de ensino normal rural e um de ensino comercial.

A percentagem municipal de alfabetização é de mais de 39%.

Dos prédios escolares principais, destacam-se : Escola Típica Rural, Grupos Escolares "Gilberto Mestrinho" e "Coronel Cruz", onde neste último, nas suas dependências, funciona noturnamente o Ginásio Comercial "Dep. Antonio Vital de Mendonça", e o Ginásio Normal Rural Nossa Senhora do Rosário de Fátima, que obedece a direção das Irmãs Religiosas da Congregação do Preciosíssimo Sangue. Visando a ampliar o sistema educacional no Interior do Amazonas, o Governo do Estado está construindo mais dois edifícios escolares em Itacoatiara, que servirão para instalar um grupo escolar e o Pavilhão de Artes Industriais "Osório Fonsêca".

Itacoatiara conta com pouquíssimas associações culturais, incluindo as bibliotecas "Maria Goreti" e "Aladyr Auser", que funcionam, respectivamente, no Ginásio Normal Nossa Senhora do Rosário de Fátima e no Ginásio Comercial "Dep. Antonio Vital de Mendonça". Conta ainda com 9 associações de cultura física-futebol: Atlético Brasil Clube, Penarol Futebol Clube, Náutico Esporte Clube, Nacional Esporte Clube, Atlético Rio Negro Clube, Bonsucesso Futebol Clube, Luso Brasileiro Futebol Clube, Botafogo Futebol Clube e Amazonas Futebol Clube, além dos infanto-juvenis Botafoguinho Clube, Vasco Clube e Santos Futebol Clube; 2 entidades estudantis: Grêmio Estudantil "Fernando Ellis Ribeiro" e Grêmio Litero-recreativo "Maria de Mathias"; e dois cinemas: Cine Geny e Cine Teatro Cinco Unidos.

Há na cidade dois campos de futebol, sendo o principal o Estádio Municipal "General Eurico Gaspar Dutra", tido como um dos melhores do Estado do Amazonas. A entidade máter do esporte itacoatiarense denomina-se Liga Itacoatiarense de Desportos Atlético (L. I. D. A.).

Foi justamente em Itacoatiara que surgiu o primeiro jornal do Interior amazonense, em 1874, intitulado "Itacoatiara". Teve existência efêmera, desaparecendo no ano seguinte. Depois apareceram "A Voz do Madeira", "O Conservador", "O Arauto", "O Correio de Serpa", "O Jornal do Comércio", e mais recentemente, o quinzenário "A Voz de Itacoatiara", editado em Manaus por um grupo de estudantes idealistas. Presentemente, não há nenhum jornal na cidade, apesar dos esforços envidados pela mocidade estudantil que aprende em Manaus, e da qual faz parte o autor deste opúsculo.

A mocidade itacoatiarense é sobremodo estudiosa. Não deixa perecer o ideal quando encontra obstáculo. Sus-tento a tese: os moços da Velha Serpa que concluem os qua-

tro anos do 1.º ciclo ginasial em qualquer um dos dois colégios secundários da cidade, e se dispõem a lutar por uma melhor condição de vida, dirigem-se aos centros mais adiantados, como Manaus, e, não obstante encontrarem motivos para desânimo, vão sempre em frente vitoriosos, e chegam mesmo a galgar postos de realce na vida pública ou na vida privada, aquilitando fama para a sua família e enaltecendo a terra natal.

São figuras vivas exponenciais da cultura e da inteligência itacoatiarenses: Vicente de Mendonça Júnior, Bacharel em Direito e Procurador da Fazenda do Estado; Herculano de Castro e Costa, jornalista; Anísio Melo, poeta e contista; João Valério de Oliveira, Deputado à Assembléia Legislativa do Amazonas, por duas vezes consecutivas; Sebastião Higino de Vasconcelos Dias, técnico em Agronomia e Gerente da Agência local do Banco do Brasil, S/A.; Galadino Girão de Alencar, Prefeito e professor Normalista; professora Rosa do Espírito Santo Costa, autora do livro "História do Amazonas", recentemente lançado; Antonildes Bezerra de Mendonça, pintor paisagista e descendente de tradicional família; professores: Maria Rita de Souza Carneiro, Olga Rêgo de Moraes Figueiredo, Yêda Ausier, Mirtes de Mendonça Lima, Fernando Paulo Leite, Maria José Athayde, Lia Maria Alves de Vasconcelos Dias e Aladyr Ausier; Aínda, Deusdedith Menezes, Manoel Marques de Souza e João Rebêlo de Mendonça Filho.

Das culturas desaparecidas destacam-se: Dr. Fernando Ellis Ribeiro, ex-professor da Universidade do Rio de Janeiro e Cancerologista de fama internacional; Cassiano Secundo, engenheiro que fez o traçado das ruas da cidade; Osório Alves da Fonsêca, ex-prefeito municipal e professor; Deputado Antonio Vital de Mendonça, político e orador vibrante, desaparecido trágicamente num desastre de aviação. Foram êstes e mais outros, que refulgem na nossa história,

os que conseguiram grandes conquistas sociais para a antiga Serpa, permitindo-lhe se tornasse, incontestavelmente, "uma sociedade em marcha para um futuro de grandezas".

### **BIBLIOGRAFIA DÊSTE CAPÍTULO :**

— I.B.G.E. — Enciclopédia dos Municípios Brasileiros. — Vol. I.

## Capítulo XIX



## Ginásio Comercial

NA NOITE de 4 de agosto de 1956 um grupo de idealistas reuniu-se na sede do Botafogo Futebol Clube, a fim de analisar a "situação precária" em que se encontrava a juventude itacoatiarense. Compunha-se do sr. Adamastor Onety de Figueiredo, Prefeito em exercício, do Vereador Francisco Ferreira Ataíde, Presidente da Câmara Municipal, do Dr. Edson Araújo, Juiz de Direito da Comarca, do Deputado Francisco de Assis Peixoto, do Presidente da Associação Comercial, sr. Néder Monassa, do Promotor Público, Dr. Raul Mendes, do representante do S.E.N.A.C., Vereador Antonio Vital de Mendonça, do Administrador da Mesa de Rendas, sr. Sebastião Mestrinho e de alta falange de comerciantes e industriais locais, além de homens do povo.

Reunidos naquela noite, e nas posteriores, debateram assuntos de alta relevância de âmbito regional, principalmente os relacionados com a Cultura, sendo que por último vieram a fundar a Associação Pró-Ensino do Município de Itacoatiara e a Escola Comercial de Itacoatiara, ambas de índole filantrópica, encarregadas de fomentar o ensino secundário, àquela altura inexistente em Itacoatiara. Esta seria impulsionada por aquela.

A Associação Pró-Ensino, "sociedade civil e particular, constituída por pessoas físicas e jurídicas", iniciou a sua finalidade, instalando, em seguida, a Escola Comercial em

prédio provisório, inerente de seus objetivos, sempre cumprindo determinações da Assembléia Geral.

Por outro lado, sendo instalada, a Escola Comercial, por seus diretores, também iniciava seu preponderante papel, o de ensinar e instruir a mocidade itacoatiarense.

Difícilimo foi o seu comêço. Fazer funcionar um templo de cultura saído da iniciativa particular, sem meios, sem local próprio para funcionamento, sem materiais que levassem-no a subsistir, sòmente a coragem e o amor ao ensino e à terra, seriam a causa de impulsionar seus fundadores a levar a cabo a árdua e nobre tarefa.

Como sempre, a persistência vence. Lutando contra as necessidades materiais do ensino, vencendo obstáculos, sofrendo rápidas soluções de continuidade, os responsáveis por tão caro empreendimento fizeram florescer a árvore da abnegação e . . . frutificar.

Iniciando sua rotina com um diminuto número de alunos (menos de uma dezena), a Escola Comercial de Itacoatiara cumpria à risca os seus objetivos, o de elevar cada vez mais o nível cultural da Velha Serpa dos idos coloniais; e chegava mesmo a equiparar-se, mais tarde, com outros centros educacionais do Estado.

O número de discentes matriculados crescia consideravelmente com o passar dos anos que, setenta e dois meses após a sua fundação, o velho educandário de grau médio chegava a possuir a enorme demonstração de cento e cinquenta alunos. Em nossos dias eleva-se a trezentos.

A dedicação, o altruísmo abnegado dos mestres, lecionando sem receber a quantia monetária que lhes pagasse o feito, foi das principais causas do soerguimento do tradicional estabelecimento secundário itacoatiarense.

Vale destacar o papel exemplar dos seus diretores, homens e mulheres de destaque na sociedade local. Deixando de lado suas ocupações particulares, com prejuízo pes-

soal, as mais das vêzes, abraçaram com carinho e sacrifício do cargo que lhes fôra confiado e souberam defender tão valioso quanto nobre empreendimento.

A luta ferrenha que se travava em derredor da sobrevivência da Escola Comercial, tomaria um ritmo mais calmo. mais seguro e mais alvissareiro porque, mais tarde, ela deixaria de representar a mistificação desagradável de escola particular com tendências ao desaparecimento.

Encabeçada pelo Diretor Galdino Girão de Alencar, a classe estudantil itacoatiarense iniciou, em 1963, clamorosa campanha em favor do encampamento do centro ginásial da praça da Matriz, culminando com o acolhimento da idéia pelo poder público do Estado, redundando no Decreto n.º 57, de 14 de março daquele ano. Era a estadualização há tantos anos almejada por professores e estudantes.

Eis na íntegra o Decreto que estadualizou o Ginásio, publicado no "Diário Oficial" do Estado :

### **"DECRETO N.º 57, DE 14 DE MARÇO DE 1963.**

CRIA o Ginásio Comercial de Itacoatiara e dá outras providências.

O Governador do Estado do Amazonas, decreta Ad-referendum da Assembléia Legislativa do Estado :

Art. 1.º — Fica criado o Ginásio Comercial de Itacoatiara, estabelecimento de ensino técnico de grau médio, nos têrmos da legislação em vigor.

Art. 2.º — O Ginásio Comercial de Itacoatiara ministrará curso de 1.º ciclo de Ensino Técnico Comercial, em duração de quatro (4) anos, atenderá ao plano estadual e às determinações contidas na Lei n.º 4.024, de 20 de dezembro de 1961.

Art. 3.º — Fica incorporado ao sistema educacional do Estado a Escola Comercial de Itacoatiara, e ao patrimônio do Ginásio Comercial de Itacoatiara o patrimônio daquele estabelecimento.

Art. 4.º — É criado o quadro do Ginásio Comercial de Itacoatiara, constando de: uma função gratificada de Diretor do Estabelecimento de Ensino de Grau Médio — FG-3; nove (9) cadeiras de professor do ensino médio, padrão P; um (1) cargo de Secretário, padrão R; um (1) cargo de servente, padrão C, e um (1) cargo de porteiro, padrão E.

Art. 5.º — As cadeiras de que trata o artigo acima, compreendem as disciplinas seguintes: Português, Geografia, História, Matemática, Iniciação à Ciência e Ciências Físicas e Biológicas, Inglês, Prática de Escritório e Educação Cívica.

Art. 6.º — O currículo do Estabelecimento será organizado nos termos previstos no sistema educacional do Estado, de acôrdo com a lei que fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e devidamente especificado no Regulamento da Unidade.

Art. 7.º — As despesas resultantes do presente decreto correrão por conta do "Fundo da Educação", 3.00.00 — Desenvolvimento Econômico e Social — Consignação — 3.1.00 — Serviços em Regimes Especiais de Financiamento — Sub-Consignação — 3.106 — da Lei Orçamentária vigente, até que, oportunamente, seja aberto o crédito especial.

Art. 8.º — Revogadas as disposições em contrário, êste decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio do Governô do Estado do Amazonas,  
em Manaus, 14 de março de 1963.

PLÍNIO RAMOS COELHO  
Governador do Estado

MÁRIO JORGE DO COUTO LOPES  
Secretário de Educação

ALDO MORAIS  
Secretário de Economia e Finanças".

\* \* \* \*

Há, como se vê, dois pontos altos na história da ex-Escola Comercial de Itacoatiara: a fundação, a 4 de agosto de 1952, sob os auspícios da já extinta Associação Pró-Ensino do Município de Itacoatiara, e a estadualização, através a Lei n.º 57, de 14 de março de 1963.

De 1952 a 1963 prelecionaram mestres abnegados, cuja remuneração era feita com os recursos provenientes do pagamento de taxas pelos próprios alunos, de donativos dados generosamente por paladinos da causa educacional por autoridades e pelo povo, além de subvenções mínimas e nem sempre pontuais do poder público municipal.

Com a estadualização, remunerados os professores pelos cofres públicos, evidente surto de progresso tem experimentado o estabelecimento ginásial, com a admissão, sob o regime comissionado, dos mestres, alguns dos quais que auxiliaram na sobrevivência do educandário secundário itacoatiarense.

Viveiro autêntico que talha sobremodo a mocidade de Itacoatiara, o Ginásio Comercial, hoje denominado "Deputado Antonio Vital de Mendonça", tem cumprido papel altamente benemérito, o de salvaguardar as tradições da nossa terra, consignando-lhe mais conquistas sócio-culturais.

Acha-se, atualmente, sob a direção da jovem mestra Lia Maria Alves de Vasconcelos Dias, filha do ex-Presidente da extinta Associação Pró-Ensino do Município de Itacoatiara, sr. Sebastião Higino de Vasconcelos Dias.

### **BIBLIOGRAFIA DÊSTE CAPÍTULO :**

- Ata da Fundação da Associação Pró-Ensino do Município de Itacoatiara, já extinta.
- Arquivo do Ginásio Comercial 'Dep. Antonio Vital de Mendonça', de Itacoatiara.

## Capítulo XX



## Grêmio Estudantil do Ginásio

**R**ELEVANTE PAPEL REPRESENTA o Grêmio Estudantil "Fernando Ellis Ribeiro", dentro da história da ex-Escola Comercial de Itacoatiara. É que a criação dessa entidade estudantil veio culminar com um dos mais difíceis momentos da existência da E.C.I. cabendo a seus fundadores a tarefa de não permitir o seu fechamento, em 1956.

A política vinha, de há muito, tentando entranhar-se no "curriculum vitae" da escola secundária itacoatiarense, prejudicando o andamento das aulas, que dantes se procediam normalmente, em ritmo alvissareiro. Como é natural nesses casos, a juventude estudiosa é a única atingida.

Itacoatiara, a êsse tempo estava com os conjugados que lhe forneciam luz elétrica, parados. O Governo do Estado havia doado no ano anterior (1955), à direção escolar um grupo gerador que estava capacitado a resolver o problema energético do educandário, enquanto durasse a falta de solução ao problema municipal. Em chegando ao pôrto, ao invés de ser destinado ao prédio onde estava funcionando o externato secundário, o motor de luz tomou rumo ignorado dos ginasianos. Grupo influente de personalidades destacadas na vida pública do Município, do qual tomava parte inclusive o Prefeito Raimundo Perales, resolveu, — não reparando as consequências que poderiam advir do seu

ato, — enviar o grupo gerador para a sede do Amazonas Futebol Clube, entidade esportivo-recreativa, pertencente a mais alta sociedade da Velha Serpa, e que, também, àquela altura encontrava-se desprovida de iluminação elétrica.

O completo abandono a que estavam relegados os moços estudantes itacoatiarenses, sem luz e sem teto, fê-los dirigirem-se à Prefeitura Municipal, a fim de solicitarem ao Prefeito Raimundo Perales que intercedesse junto ao sr. Armindo Ausier, para que lhes fôsem cedidas as dependências da sede da Associação Comercial, de vez que já haviam tido promessa de fornecimento de luz do comerciante Arnóbio Oliveira, cujo estabelecimento comercial ficava fronteiro ao prédio daquela entidade classista do comércio local. Bastaria tão somente o consentimento do Presidente da Associação Comercial para que fôsem ligados os fios condutores de eletricidade da Padaria Bijou — nome do estabelecimento comercial do senhor Arnóbio Oliveira.

“Caso nos fôr negado as dependências da Associação Comercial, disse o estudante Francisco Pimentel, um dos líderes do movimento estudantil, redigiremos um memorial ao Dr. Plínio Coelho, Governador do Estado, dizendo que o grupo gerador que êle nos doou em 1955, continua no clube de onde sua excia. havia mandado retirar, e do qual tomam parte o presidente da Associação e vossa excia., sr. Prefeito. Aguardaremos mais uma semana, pois já estamos perdendo aulas, como é do conhecimento de todos”.

Decorrido o prazo estipulado, sem que houvesse uma solução, os estudantes resolveram enviar um completo documentário sobre as ocorrências para o Palácio Rio Negro, onde narravam minuciosamente a trama das autoridades. Nesse ínterim, o sr. Armindo Ausier cedia o prédio da Associação Comercial para que fôsem reiniciadas as aulas. Entretanto, era tarde demais.

Recebendo o memorial, imediatamente o Governador do Estado oficiou ao sr. Elias dos Santos Ferreira, adminis-

trador da Mesa de Rendas, autorizando-o a retirar o grupo gerador do clube Amazonas, o que foi cumprido à risca. "A notícia, como não devia deixar de ser, foi mal recebida por aqueles que estavam à margem das dificuldades que atravessavam a Escola e os alunos, — sem energia elétrica e sem teto; apenas tínhamos conseguido as dependências da Associação Comercial, provisoriamente, devido ao movimento que havíamos feito, — e logo tivemos a prova disso" (Heliberto Paiva, fundador do Grêmio).

Ao se dirigirem à sede da Associação Comercial, onde desde as noites anteriores estava funcionando a Escola, recebiam os alunos ordens de não penetrarem no recinto, enquanto o diretor não chegasse, pois "não haveria aula nessa noite e sim, uma reunião muito importante. . . para comunicar que ficaríamos ao relento, isto é, que saíssemos donde estávamos instalados" (idem).

Após a reunião, que culminou com a renúncia do Diretor Viriato Correia, os estudantes voltaram a ficar sem dependências onde pudessem fazer funcionar o templo de ensino, pois, incompatibilizando-se com o sr. Armindo Ausier, tiveram as portas da Associação Comercial cerradas à sua passagem. No dia seguinte foram ter à presença do representante do Governador do Estado, sr. Elias Ferreira, e solicitaram-lhe permitisse funcionar noturnamente a Escola Comercial no Grupo Escolar "Coronel Cruz", sendo atendidos no seu apêlo. Para dirigir o colégio secundário escolheram a velha educadora Olga Rêgo de Moraes Figueiredo.

Instalados no Grupo Escolar "Coronel Cruz", os alunos sentiram a necessidade de organizarem uma entidade que, congregando todos os discentes da Escola Comercial, reivindicasse pelas suas aspirações. Assim, no dia 10 de agosto de 1956, foi fundado o Grêmio que recebeu o nome de um itacoatiarense conhecido no mundo inteiro — Dr. Fernando Ellis Ribeiro, — notável, quer no cultivo da ciência humanitária, como cancerologista de fama internacional,

quer inspirado no sacerdócio do ensino, como mestre abnegado da Universidade do antigo Distrito Federal.

Heliberto Paiva, o fundador do Grêmio, prestou dois serviços à sociedade de sua terra : o primeiro, o de ter construído um instrumento altamente democrático, onde a juventude possa reivindicar pela cultura; o segundo, o principal, o de fazer lembrado o nome de um homem que elevou a Velha Serpa além fronteiras.

### **BIBLIOGRAFIA DÊSTE CAPÍTULO :**

- Declarações prestadas ao autor, pelo sr. Heliberto Paiva, fundador da entidade de estudantes do Ginásio de Itacoatiara.
- Arquivo do Grêmio Estudantal 'Fernando Ellis Ribeiro'.

## Capítulo XXI



## A Sede Municipal

**S**ITUADA AO LADO esquerdo do rio Amazonas, em terreno de 18 metros de altitude, livre das inundações periódicas que assolam a região, de clima quente e salubre, possuidora de belas e amplas ruas e avenidas, levanta-se a cidade de Itacoatiara na zona fisiográfica do Médio Amazonas.

Sua localização na grande via flumínea, permite-lhe sensíveis transformações de progresso, o rompimento do casulo da infância e a faz percorrer uma espiral de evolução sócio-política nunca visto, emparelhando-a com os centros mais movimentados e alegres, onde já começam a predominar o gôsto, a moda e a arte, relativamente, e onde já se respira um ambiente satisfatório e moderno.

Se as "condições sociológicas do Amazonas não permitem às suas cidades o progresso, principalmente àquelas que se afastam do grande rio", situadas que estão nos longes dos paranás e dos lagos, incrustadas entre a mata e a corrente que lhes passa ao pé, sem receber "os influxos do trabalho intenso e produtor, sem dispor de meios sanitários e econômicos, para vencer o marasmo que costumeiramente se estende sôbre elas", o mesmo não ocorre com Itacoatiara, onde a vida intensiva de seus moradores, faz-lhe preencher os logradouros públicos, num verdadeiro "rush", dando-lhe um movimento inexistente noutras partes do interior amazonense.

Verdadeiro corre-corre diário, do escritório ao lar, do campo à cidade, do pôrto aos bairros residenciais, das usinas e das prensas à casa, em conexão com o movimento noturno à porta dos cinemas e dos bares e nos salões dos clubes dançantes, tudo isso é demonstração de progresso acalorado, próprio de uma verdadeira "urbs" contemporânea.

Quem quer que lhe visite, sente-se quêdo com a sua grandeza, com o traçado e a magnificência de suas ruas e avenidas, verdadeiras retilíneas ostentadas com o viço verde das plantações enfileiradas; vê-se pasmado com a sua história repleta de acontecimentos grandiosos, com o acatamento do seu povo, com a feição e construção dos seus edifícios; acha-se magnetizado com a inteligência dos seus filhos, com a alegria e jovialidade da sua mocidade alta-neira.

Sé de dia Itacoatiara é bela, noturnamente apresenta aspecto de excentricidade. Diàriamente é a luz do tropical sol que lhe ilumina o solo, deitando irradiações no seu casario e cintilações no largo dorso do gigante fluvial que lhe passa em frente; de noite é a luz artificial de suas lâmpadas elétricas e fluorescentes. Itacoatiara ainda não perdeu o título de cidade luz do interior amazonense. A potência grandiosa dos seus dois conjugados elétricos, permite-lhe a iluminação total.

Distando de Manaus cento e dez milhas e de Belém oitocentas e quinze milhas, a metrópole itacoatiarense apresenta um terreno plano, possui compridas e largas ruas, algumas das quais com mais de novecentos metros de comprimento, moderna rêde telefônica, uma possante emissora de ondas médias, dois cinemas, dois hotéis, razoável serviço de abastecimento de água potável e notável movimento comercial e bancário.

Poderosas indústrias são instaladas na cidade, como o Martins Melo, S. A., Indústria e Comércio, Indústrias I. B.

Sabbá & Cia. Ltda e a filial da Companhia Brasileira de Fiação e Tecelagem de Juta. Três agências bancárias, ditas nas ordem de instalação : Banco do Brasil, S. A., Banco de Crédito da Amazônia, S. A. e Banco do Estado do Amazonas, S. A.

Das ruas principais de Itacoatiara, destacam-se : Avenidas Plínio Coelho, Conselheiro Rui Barbosa e 15 de Novembro e ruas Quintino Bocaiuva, Alvaro França, Nossa Senhora do Rosário e 7 de Setembro. Das praças, sobressai-se a da Matriz, movimentada nas tardes domingueiras. Dos prédios principais, notam-se : o da Mesa de Rendas, o da Prefeitura Municipal, o do Colégio das Freiras, o da Igreja Matriz, além de bangalôs modernos.

Atualmente, verdadeira onda de crescimento tem assolado a cidade, em todos os sentidos. Vias são aumentadas, enquanto que as máquinas do D.E.R.Am., iniciam a construção e abertura de outras; prédios e casas são construídos ao longo das novas artérias. O progresso se espalha por tôdas as direções cidadinas. Sítios pinturescos que dantes faziam parte da distante periferia, já se encontram mais próximos da cidade e possuídos do barulho da civilização. O Iraci longínquo vai ter nas proximidades da Cacaia; o Jauari distante começa a alcançar as imediações do Stone e do Fomento Federal.

Afora a parte central, a cidade de Itacoatiara está dividida em vários bairros, dos quais os mais importantes são : Jauari, Colônia e Getúlio Vargas.

O bairro do Jauari parte da Avenida 7 de Setembro e, espraiando-se para o lado do leste, vai alcançar as ribas orientais do Iraci e do Stone. Acha-se separado do bairro Getúlio Vargas pela rua N. S. do Rosário, ao norte, e a leste pela Avenida suburbana Juruá. Seu casario é de madeira, coberto de zinco, telha e palha. Dividindo bem no meio as suas terras, localiza-se o Igarapé ou igapó do Jaua-

ri, larga extensão de terra alagadiça, onde a vegetação aninga predomina.

Às margens do pôrto do Jauari são localizadas as seculares pedras onde são verificadas as inscrições que deram origem ao nome da cidade. Muitos curiosos para ali afluem a fim de apreciar as inscrições hieroglíficas datadas de 1754, e que representam documento valioso para a história dêste Município.

Famoso no Jauari é o lugar denominado Pedras, para onde acorrem aos domingos os banhistas. Sua importância primordial, entretanto, é ser fartíssimo em peixes saborosos, durante a vazante do rio, servindo mesmo como uma das fontes de abastecimento alimentar da cidade.

As terras do bairro Getúlio Vargas, antigo bairro de Iraci, são planas e se estendem a consideráveis distâncias. Ali estão sendo levantados os prédios da Escola de Artes Industriais de Itacoatiara e de um Grupo Escolar, com capacidade para 300 alunos. Um pouco para o leste situa-se a Estação Agro-pecuária do Fomento Federal e, na parte sul, as terras que pertenceram ao antigo Campo de Aviação da Aeronáutica, onde se planeja construir novo bairro residencial de moldes modernos.

A Colônia é o principal bairro itacoatiarense. Localiza-se na parte oeste da cidade e, crescendo assustadoramente, parte da Avenida 15 de Novembro indo parar na Fazenda Rattes. Aí, localiza-se um verdadeiro Parque Industrial, constante das instalações da Brasil-Juta e da firma Chibly & Cia. O casario coloniense é de madeira. No entanto, já estão sendo levantados em suas terras moradias modernas, os bangalôs.

O têrmo Colônia provém da existência de um núcleo colonial, fundado há muitos anos pelo Visconde de Mauá, Irineu Evangelista de Souza, quando da fundação da Companhia de Comércio e Navegação do Amazonas. "Montou-se aí uma serraria a vapor destinada a dar trabalho aos es-

trangeiros que se comprometeu vir para Itacoatiara. De fato, a Companhia conseguiu trazer vinte e dois chineses e alguns portugueses. O Ministro da Justiça prometeu a vinda de cinquenta africanos livres, dos apreendidos em São Mateus e Sarinharem, chegando apenas trinta e seis" (Anísio Jobim, in Itacoatiara, Aspectos). No Relatório do Governador Provincial Francisco José Furtado, estão descritos trinta e quatro, dos quais "morreram três, sendo dois afogados".

No local havia, além das residências dos colonos e administradores, uma olaria e uma serraria, um médico e um administrador de oficinas. A olaria tinha capacidade para produzir catorze mil tijolos e dez mil telhas.

"A colônia de Itacoatiara, após ter causado grandes prejuízos à Companhia de Comércio e Navegação do Amazonas, foi, por esta, cedida por arrendamento a um morador da vila de Serpa, ficando de tal forma reduzida a um estabelecimento particular" (Francisco Furtado).

O que resta de tudo aquilo é a serraria transformada em usina de pau-rosa, que pertenceu até bem pouco tempo à Empresa Ezagui, e algumas das dezoito casas dos administradores e colonos, em completa ruína. A olaria está arrasada nos quintais da Fazenda Rattes.

Acima das terras da Colônia situa-se o lugar denominado Centenário. São plantações de seringueiras, de cacau, de juta indiana e casas de comércio de peles, de sôrva e de borracha. Ai, nas suas proximidades, as espécies de peixes variam nos igarapés e nos lagos. Um pouco além, as terras altas do Guajará e do Aeroporto.

Nas ruas de Itacoatiara trafegam regular número de veículos, predominando, entretanto, o de bicicletas (mais de oitocentas). O seu pôrto é de um movimento considerável. Embarcações de vários tipos e de vários tamanhos apinham-se ao longo da sua beirada fluvial. Conduzem para o Sul

borracha, juta, sôrva, peles e couros silvestres. Trazem de lá para cá o material de cozinha, o utensílio doméstico, o material elétrico.

Quantos visitam a cidade tecem comentários elogiosos acêrca do seu crescimento e do seu futuro. Dêles se têm notícias : o Governador paraense Aurélio do Carmo, o Bispo do Pará, D. Alberto Gaudêncio Ramos, o ex-Presidente Juscelino Kubitschek, quando candidato ao pôsto de mando da Nação, o Ministro de Agricultura do Presidente Jânio Quadros.

Muitos definem Itacoatiara "como uma sociedade em marcha para um futuro de grandezas", como Manoel Anísio Jobim; outros declaram que ela terá um grande porvir, "por estar em face do Madeira e à pouca distância da confluência do rio Negro com o Amazonas-Solimões".

Itacoatiara é uma comunidade feliz. Seu modo de ser e de viver resume-se nos detalhes grandiosos da paisagem edênica de seus acidentes geográficos e naturais, na acalorada fibra do seu povo, acostumado a lutar e a vencer. Os lances magníficos e dramáticos de sua existência descritiva, os momentos de bravura de seus mais remotos filhos, a luminescência de sua história, são a demonstração inexaurível de que ela é uma comunidade de perspectivas otimistas, com tendências para um futuro promissor que lhe há de conduzir aos píncaros do progresso.

### **BIBLIOGRAFIA DÊSTE CAPÍTULO :**

- ANÍSIO JOBIM — Itacoatiara — Aspectos Social, Político, Geográfico e Descritivo.
- FRANCISCO JOSÉ FURTADO — Relatório — 1958.
- I.B.G.E. — Enciclopédia dos Municípios Brasileiros — Vol. I.

## Capítulo XXII



## São José do Amatari

**R**EPETINDO FEITOS DOS bandeirantes coloniais, tangidos pelo flagelo da sêca, os brasileiros nordestinos, sobretudo cearenses, vieram ter à Amazônia, em demanda dos seringais virgens localizados nos centros da mata bravia.

Uns, impregnados da volúpia do enriquecimento fácil, outros, compelidos pelos horrores da sêca, para aqui vieram em procura da árvore dadivosa da borracha, formando, assim, verdadeiro "rush" da Amazônia, internando-se nas intransitáveis e desconhecidas florestas tropicais.

Contingentes e contingentes de retirantes — nome pelo qual eram conhecidas as vítimas da sêca — entravam no Amazonas, dirigindo-se para os diversos cursos fluviais que banham a chamada região do ouro negro, em verdadeiras ondas humanas — segundo João Nogueira da Mata, — sem a orientação de um plano estatal, nem órgãos técnicos para o encaminhamento racional dêsses seres humanos.

A sêca terrível e impiedosa de 1877 que assolou grande parte do Nordeste brasileiro, impossibilitando completamente a existência orgânica naquela região, fêz impelir para a Amazônia milhares de flagelados, num verdadeiro êxodo nordestino, o maior dos que têm acontecido até hoje, em busca dos meios de subsistência para si e para suas famílias. Como a tragédia se prolongasse nos dois anos

posteriores, novas levas de retirantes vieram aliar-se aos amazônidas, constituindo os grupos humanos, dos quais o mais comum foi o seringueiro.

Para hospedar o grosso dos emigrantes, instalaram-se várias colônias em diversos pontos da hinterlândia amazônica, das quais destacavam-se pela sua importância, localização e número maior de moradores a de Oliveira Machado, nos arredores da capital do Amazonas, e a de Pedro Borges, nas cercanias do povoado de São José do Amajari, não muito distante de Itacoatiara.

A vila de São José do Amajari situa-se à margem esquerda do rio Amazonas, em terreno alto, de ligeiras e graves ondulações, há catorze léguas da sede do Município de Itacoatiara. "Foi uma das muitas missões em que Frei José das Chagas, seu fundador, mostrou o zelo pela catequese dos índios da região" (Francisco José Furtado, in Relatório). A esse religioso deve-se a construção de uma capela, onde se processava o culto católico, e que até bem pouco tempo atrás, existiu arruinadíssima, sendo substituída por outra construída recentemente.

Da personalidade de Frei José das Chagas, disse o Cônego Francisco Bernardino de Souza, conforme depoimento de Anísio Jobim no seu livro "Amazonas — Sua História" :

"Vila Bela da Imperatriz talvez só a êle deva a sua existência e a sua tal ou qual prosperidade; Canumã mereceu-lhe particular solicitude; a aldeia de São José do Amajari foi por assim dizer criada por êle; Borba sentiu os efeitos de sua mão beneficente; em uma palavra, tôda a região da Mundurucânia conserva ainda bem viva a lembrança de seu nome, das suas virtudes e de seus benefícios".

"Manoel João — diz Francisco Furtado, — índio da tribo Juma, sendo apreendido ainda em tenra idade no rio Maturá pelos Muras que o criaram, veio a ser em consequência da sua vivacidade, um dos principais que fundaram

a aldeia" que tomou o nome do rio em "cuja proximidade se acha". Entretanto, há uma controvérsia, segundo a qual o assento onde se encontra São José do Amajari estêve um pouco abaixo, embora no mesmo lado do rio.

No seu autorizado modo de ver, o Governador provincial Francisco José Furtado disse ser São José do Amajari "o lugar mais azado para o ensaio de uma colônia de indígenas", por ser o local "piscoso, fértil", e por estarem seus habitantes "em contacto mais imediato com a gente civilizada".

O antigo povoado de São José do Amajari foi, em 1963, pelo Governador Plínio Coelho elevado à categoria de Município desmembrado do de Itacoatiara. Entretanto, não tardou um ano e eis que retornava à sua antiga classificação de vila, reintegrando-se ao território itacoatiarense. Isto foi em decorrência da nova política adotada pelo Governador Arthur Cezar Ferreira Reis, substituto do sr. Plínio Coelho. Vê-se assim que o Município de Amajari teve existência efêmera.

Situado em alto platô cenolítico, São José do Amajari apresenta aspecto agradável a quantos lhe divisam, graças ao seu casario branco e esparso e suas plantações pujantes, cê fruteiras diversas fincadas em derredor de suas moradas.

Suas possibilidades econômicas são vastas.

### **BIBLIOGRAFIA DESTE CAPÍTULO :**

- JOÃO NOGUEIRA DA MATA — *Flagrantes da Amazônia.*
- FRANCISCO JOSÉ FURTADO — *Relatório* — 1958.
- ANÍSIO JOBIM — *Amazonas — Sua História.*

Esta obra foi executada nas oficinas  
da Editôra Sérgio Cardoso, Rua  
Joaquim Sarmento, 78 — Manaus,  
para o Govêrno do Estado  
do Amazonas

O autor dessa história, como dissemos, é um moço que a narra, não em tôda a sua verdadeira extensão, mas em "flashes", como diz o professor Arthur Reis, prefaciador dêste volume, "em aspectos e em momentos significativos".

---

## EDIÇÕES "GOVERNO DO ESTADO DO AMAZONAS"

### Série Euclides da Cunha

- I vol. — **A terra e o homem nos trópicos**  
de Hilgard O'Reilly Sternberg
- II vol. — **Planejamento e Programação Regional**  
de Francisco Ferreira Batista.
- III vol. — **Porque perdemos a batalha da borracha**  
de Cosme Ferreira Filho

### Série Torquato Tapajós

- I vol. — **Um cabôclo amazônico**  
de Mário e Julião Ramos

### Série Monteiro de Souza

- I vol. — **História do Amazonas**  
de Rosa do Espírito Santo Costa
- II vol. — **Súmula de História do Amazonas**  
de Arthur Cêzar Ferreira Reis
- III vol. — **Noções de Moral e Cívica**  
de Sebastião Guimarões

### Série Alberto Tôrres

- I vol. — **Rotina e dinâmica na vida brasileira**  
de Arthur Cêzar Ferreira Reis
- II vol. — **A autonomia do Amazonas**  
de Arthur Cêzar Ferreira Reis

### Série Raimundo Monteiro

- I vol. — **Andirá**  
de Paulo Jacob
- II vol. — **Retalhos de minha alma e de de outros também...**  
de Oséas Martins

### Série Paulino de Brito

- I vol. — **Itacoatiara. Roteiro de uma cidade**  
de Francisco Gomes da Silva.

## UM MUNICÍPIO, UMA CIDADE

O primeiro volume da **série Paulino de Brito**, do jovem Francisco Gomes da Silva, "**Itacoatiara. Roteiro de uma cidade**", é a história de flagrantes e de momentos significativos de um Município e de uma cidade, que são a Velha Serpa.

O autor deste livro é um estreante no campo da divulgação da cultura, que o escreveu com a verdadeira paixão de um filho da terra, cujos episódios da vida pesquisou e transporta para estas páginas.

**UM LANÇAMENTO DO GOVERNO DO  
ESTADO DO AMAZONAS**